



**Centro Universitário de Brasília – UniCEUB**  
**Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES**  
**Curso de Psicologia**

**À Margem do *Cistema*: O Fenômeno da Transfobia a partir das Trajetórias de  
Mulheres Trans e Travestis**

Gabriela da Silva Santos

Brasília

Dezembro de 2019



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB  
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES  
Curso de Psicologia

**À Margem do *Cistema*: O Fenômeno da Transfobia a partir das Trajetórias de  
Mulheres Trans e Travestis**

Gabriela da Silva Santos

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB como requisito parcial à conclusão de Curso de Psicologia.

Professor orientador: Dr. Lucas Alves do Amaral

Brasília

Dezembro de 2019



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB  
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES  
Curso de Psicologia

### Folha de avaliação

Autora: Gabriela da Silva Santos

Título: À Margem do *Cistema*: O Fenômeno da Transfobia a partir das Trajetórias de Mulheres Trans e Travestis

### Banca Examinadora:

---

Professor orientador: Prof. Dr. Lucas Alves do Amaral

---

Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

---

Profa. Me. Livia Campos e Silva

Brasília

Dezembro de 2019

*À todas que lutam e (r)existem.*

## Agradecimentos

Agradeço às pessoas que me acompanharam durante todo o meu caminhar acadêmico e pessoal, por todos os encorajamentos, gargalhadas soltas, prosas intermináveis e cafés. Em especial à Mariana Oliveira, Beatriz Melo, Isabel Lorrane, Adriadny Ribeiro, Aline Campos e Taís Silva, que me deram todo o amparo necessário nesse percurso.

À turma de estágio em Clínica Psicanalítica e à turma de Psicossocial pelos afetos compartilhados às quintas. Não poderia descrever os momentos de supervisão senão pelas trocas profissionais e pessoais que pude vivenciar ao longo de um ano, com pessoas que me acolheram de forma especial e que guardo com grande estima as lembranças construídas.

À professora Ana Flávia Madureira, mulher fundamental em meu percurso. Ainda que tarde, tive o prazer de conhecê-la e construir olhares que se estendem para além do papel. Nessa trajetória, eu não poderia chegar a este momento sem o seu incentivo, paciência e dedicação. Agradeço por ser um exemplo de pessoa e de profissional.

Ao professor Lucas Amaral, orientador e companheiro dessa jornada de inquietude e afetações que se desdobraram na produção acadêmica dessa pesquisa. Poucas são as pessoas que conheço com a calma e empatia iguais às suas. Seu olhar cuidadoso foi essencial para a finalização dessa etapa que, aliás, é a primeira de muitas outras.

Ao professor Leonardo Mello pelas gargalhadas entre relatos de campo e por todos os momentos que me incentivou a levantar minhas palavras.

Ao professor Guilherme Henderson, pelas palavras imbuídas de paixão e que tiveram papel importante nesse percurso lado a lado com a psicanálise. Agradeço pela escuta atenta, pela parceria e por estar presente nesse processo que ainda não acabou.

Ao grupo de estudos *Interfaces: Ciências Sociais, Psicologia e Direitos Humanos* pelos fins de tarde enriquecedores, que nesses dois anos me possibilitou um espaço de discussões e compartilhamento de vivências tão importantes.

Ao PRISME e à Tânia Inessa por ser um exemplo de existência e cuidado.

À minha família, por todo o amor. Em especial à Graziela, minha irmã, Marta, Justina e minha mãe, Patricia, que mesmo sem saber, ensinou-me a ser feminista.

À todas as co-autoras dessa pesquisa, que me permitiram ser afetada pelas suas vozes e trajetórias. Sem suas (re)existências esse estudo não seria possível.

*É tão artificial a bichinha.  
Toda carregada nas gambiarras  
pra chegar a ser a mulherzinha  
que os senhores gostam de ver.*

*É tão indigna da própria organização orgânica  
Que o natural coração que pulsa  
Não combina  
Não condiz  
Não cabe  
Em sua hormonizada carcaça de carne.*

*A última cirurgia do processo transexualizador foi feita: nada de batimentos ou ritmia  
para essas bixas barulhentas!  
Muita atenção,  
coito e  
objetos cortantes  
são necessários  
para "arrumar" esse maquinário travestil que serve ao expurgo dos senhores.*

*Pronto. Para a tranquilidade de todos, anuncio que, finalmente, a travesti chegou ao limite  
da passabilidade. Tal estética é bem simples e clichê, ó: passou dessa pra melhor!  
Por hora, os senhores podem descansar em paz: tudo foi consertado. O corpo que  
desafiava valores, ao carregar o símbolo de seus romantismos, foi esvaziado; seu  
conteúdo, agora, recebe dozes de suas rezas cristãs - uma santa dorme na gruta vermelha  
rasgada no peito transex.*

*A bichinha cansou.  
Ficou aberta,  
exposta à companhia dessa santa qualquer,  
ordinária em mil nomes e mil faces,  
tão monstruosa em suas variedades,  
formas e  
possibilidades  
quanto as de sua nova morada.<sup>1</sup>*

*Por Maria Léo Araruna.*

---

<sup>1</sup> Poema sobre o assassinato brutal de Quelly da Silva em Campinas (SP) no dia 20 de Janeiro de 2019.

## Sumário

<b>Resumo.....</b>	<b>viii</b>
<b>Apresentação .....</b>	<b>ix</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>1. Afinal, a Violência tem um Rosto? .....</b>	<b>7</b>
1.1. Os desdobramentos do gênero na literatura feminista e o mito do “natural” .....	10
1.2. Gênero como instrumento político de controle?.....	14
<b>2. Psicanálise e Estudos de Gênero: Desafios e Potencialidades.....</b>	<b>16</b>
2.1. Os corpos que habitam a margem: a transfobia enquanto fenômeno de fronteira.....	20
<b>3. Afetos, Política e Resistência: Por uma Cultura Efetivamente Democrática.....</b>	<b>26</b>
3.1. O potencial político dos afetos.....	27
3.2. Desconstruindo a transfobia: para pensar um universo das resistências.....	29
<b>4. Construção Metodológica.....</b>	<b>32</b>
4.1. Participantes.....	34
4.2. Materiais e Instrumentos.....	34
4.3. Procedimentos de Construção de Informações .....	34
4.4. Procedimentos de Análise das Informações .....	36
<b>5. Construção das Informações.....</b>	<b>38</b>
5.1. <i>Eu tinha medo que as pessoas percebessem quem eu era: o “cistema” regulador dos corpos.....</i>	40
5.2. <i>Eu comecei a sentir culpa por ser quem eu era: a rede de exclusão dos corpos trans .....</i>	47
5.3. <i>Minha existência como mulher trans é política: estratégias de enfrentamento da transfobia.....</i>	56
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>65</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>69</b>
<b>Apêndices .....</b>	<b>76</b>
<b>Apêndice A .....</b>	<b>77</b>
<b>Apêndice B .....</b>	<b>79</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>80</b>
<b>Anexo A.....</b>	<b>81</b>

## Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo investigar como mulheres trans e travestis percebem violências transfóbicas em suas trajetórias de vida, de modo a compreender os processos sociais e subjetivos que atuam na perpetuação desse fenômeno. Em seu ensejo principal, foi possível apontar o alto índice de assassinatos de mulheres trans e travestis no Brasil, país com grande número de mortes por crimes LGBTfóbicos. Entendendo esse fenômeno através de uma ótica multidisciplinar, pretendeu-se analisar a estrutura das violências transfóbicas a partir da articulação entre Psicanálise e Ciências Sociais. Para este fim, foi utilizada a metodologia qualitativa, norteada pela estratégia metodológica 'estudo de caso'. Assim, foram entrevistadas cinco pessoas que se identificam como mulheres trans e travestis, sendo três delas militantes de coletivas Trans do Distrito Federal. As informações construídas foram analisadas a partir da análise de conteúdo temática, dando origem a três categorias analíticas. Os resultados, por sua vez, indicaram que a transfobia é atravessada por fatores culturais e históricos que constituem a sociedade brasileira, os quais fomentam a violência em diferentes níveis. Ao decorrer de suas trajetórias, mulheres trans e travestis enfrentam a intolerância que perpassa seus percursos de afirmação e reconhecimento de si, seja por meio do controle de seus corpos ou das redes sofisticadas de exclusão de um 'cistema' orquestrado pelo binário de gênero e pela heteronormatividade. Nessa perspectiva, aqueles sujeitos que rompem com a imagem narcísica hegemônica são vistos como potenciais inimigos, o que tem como desdobramento a materialização de fronteiras simbólicas rígidas. Ainda, compreende-se o potencial da educação, da promoção de espaços de escuta, das frentes de luta política e da flexibilização de nossos afetos como formas de resistir às tentativas de aniquilação das diversas formas de expressão de gênero e sexualidade.

**Palavras-chave:** Transfobia. Violência. Mulheres Trans. Travestis. Psicologia. Psicanálise.



## **Apresentação**

Antes de dar início à nossa trajetória de ideias e vivências, quero convidar o/a leitor/a a transitar através do afeto. Para isso, antes de iniciar esse processo, gostaria de contar brevemente sobre o afeto que me invade ao escrever sobre esse tema e a partir daí, permitir que eu possa me inscrever nele não só como pesquisadora, mas como pessoa.

Ao longo da produção dessa pesquisa, desde o primeiro esboço até o momento mais consolidado de sua escrita, meus pensamentos se voltam constantemente para algumas questões em particular: ao tratar desse tema, qual meu lugar de fala? E se este lugar de fala não é pertencente a mim, como tocar em questões tão sensíveis jamais esquecendo sua relevância e seu impacto na vida de outras pessoas? Foram questionamentos que inicialmente me inquietaram e que ao decorrer da entrega ao movimento que o tema me causa, foram se atenuando. Aos poucos substituí a palavra cautelosa por cuidado. Um cuidado carregado de afetos, no plural, assim como cada palavra e ideia construídas aqui.

O afeto ao qual me refiro é fundamental para nossa construção, pois diz respeito às dimensões diversas que atravessaram essa pesquisa. Ao longo de sua realização, vários foram os sentimentos que me atravessaram. Alguns deles dizem respeito, especialmente, aos encontros de realização das entrevistas, através dos quais pude entrar em contato com pessoas magníficas. Pessoas sem as quais essa pesquisa não se fundamentaria ou não existiria por completo. Um outro sentido dos os afetos está relacionado à forma política de nos relacionarmos no mundo, visto que estes motivam nossas ações. Mais do que isso, afetar-se e deixar-se afetar está diretamente relacionado à como nos tornamos vulneráveis aos encontros com outros que não refletem uma imagem narcísica de nós mesmos e que, por conseguinte, nos permite refletir acerca de nossa própria identidade. É, portanto, somente a partir da afetação que se torna possível a transformação de nossos afetos.

## Introdução

(...) no mundo real as travestis são assassinadas por que não são gente, e aquele cara que assassina a travesti – e ele não assassina apenas uma vez, mas várias vezes com várias facadas – ele assassina com a autorização que a sociedade lhe dá para dizer: “aquele corpo não tem humanidade suficiente para compartilhar o mesmo espaço que o meu” (Brasil de Fato, 2017)<sup>2</sup>.

Quelly da Silva, 36 anos, travesti. Foi assassinada em Campinas (SP) no dia 20 de Janeiro de 2019. Seu coração fora arrancado e em seu lugar o autor do assassinato, um homem de 20 anos, colocou a imagem de uma santa. Ao confessar o crime, afirmou à imprensa que Quelly era um demônio e que por este motivo arrancou seu coração (HuffPost Brasil, 2019; Geledés, 2019).<sup>3</sup> O caso de Quelly nos relembra a barbárie que ameaça as vidas de pessoas trans, que na tentativa de existirem, têm suas existências apagadas. Casos como o de Quelly, Dandara, Gisberta e muitas outras, nos apontam que o direito ao respeito e a legitimação é negado à essas pessoas pelo simples fato de existirem.

Segundo dados da *Associação Nacional de Travestis e Transsexuais do Brasil* – ANTRA, somente em 2017 foram notificados 179 casos de assassinatos de pessoas trans e travestis, sendo que 169 eram travestis e mulheres transexuais e 10 homens trans. Em 2018 esse número caiu para 163, sendo que 158 dos casos eram de travestis e mulheres transexuais, 4 homens trans e 1 pessoa não-binária. Ainda que de 2017 a 2018 haja uma diferença equivalente a 16 casos, podendo elucidar, à primeira vista, uma diminuição do

---

<sup>2</sup> Para informações detalhadas a respeito do artigo, sugiro consulta ao material disponível on-line: <https://www.brasildefato.com.br/2017/03/10/artigo-dandara-foi-espancada-ate-a-morte-em-plena-luz-do-dia-e-seus-assassinos-riam/>

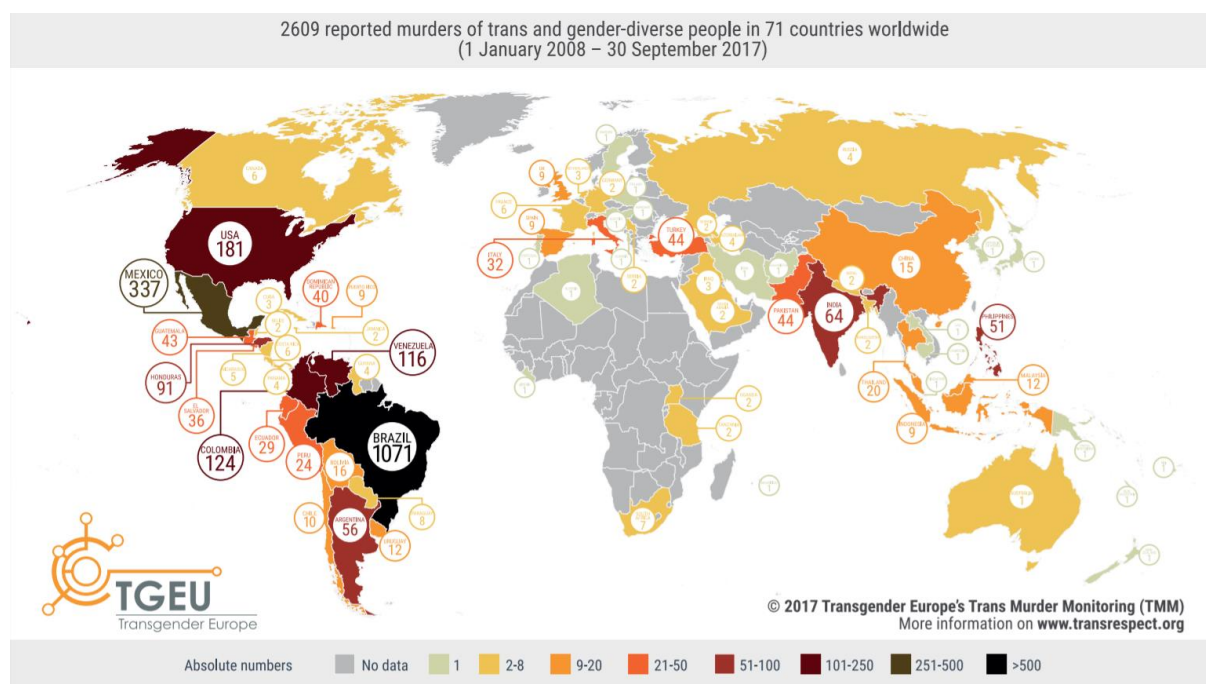
<sup>3</sup> [https://www.huffpostbrasil.com/entry/travesti-coracao-campinas\\_br\\_5c47966fe4b025aa26bdf70f](https://www.huffpostbrasil.com/entry/travesti-coracao-campinas_br_5c47966fe4b025aa26bdf70f)  
<https://www.geledes.org.br/quelly-da-silva-o-nome-da-travesti-que-foi-assassinada-e-teve-o-coracao-arrancado/>

número de vítimas, é importante salientar a subnotificação de assassinatos com esse teor, o que nos faz questionar se haveria um número maior de vítimas do que o divulgado.

Outros dados relevantes apontados pela ANTRA dizem respeito a três marcadores: classe/contexto social, gênero e questões raciais. De 2017 para 2018 houve um aumento de 3% dos assassinatos de mulheres trans, caracterizando um percentual de 97,5% dos casos (158 casos). É possível apontar também que, dentre os casos, 65% “foram direcionados aquelas que são profissionais do sexo” e que mulheres trans negras são maioria na prostituição de rua e encontram-se em maior risco de vulnerabilidade (ANTRA, p. 19).

Segundo o mapeamento de assassinatos de pessoas trans e travestis realizado pela Transgender Europe (TGEU) através do observatório Trans Murder Monitoring (TMM), de 1 de Janeiro de 2008 a 30 de Setembro de 2017 foram notificados 1071 assassinatos de pessoas trans no Brasil, ou seja, três vezes mais do que o segundo país com maior índice de assassinatos desse grupo, conforme figura abaixo.

Figura 1.  
Mapa de assassinatos de pessoas trans e de gênero diverso entre 2008 e 2017, segundo a Transgender Europe's Trans Murder Monitoring (TMM).



Nota. Fonte: TMM Update. Trans Day of Remembrance 2017. TGEU. Disponível em: [https://transrespect.org/wp-content/uploads/2017/11/TvT\\_TMM\\_TDoR2017\\_Map\\_EN.pdf](https://transrespect.org/wp-content/uploads/2017/11/TvT_TMM_TDoR2017_Map_EN.pdf)

Ainda, é importante destacar que poucos são os casos de mortes por crimes LGBTfóbicos que chegam, de fato, a se constituir em processos criminais (Bento, 2017). Isso se caracteriza, principalmente, pela não criminalização de crimes com esse teor. Em relação a isso, dois processos tramitavam no *Supremo Tribunal Federal*, sendo estes o MI 4733 (Mandado de Injunção)<sup>4</sup> e ADO 26 (Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão)<sup>5</sup>, de iniciativa da *Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros – ABGLT* e do *Partido Popular Socialista (PPS)*, ambos acerca da criminalização da LGBTfobia e da omissão legislativa no que se refere aos crimes de ódio sofridos pela comunidade LGBTQI+. Por 8 votos a 3, foi determinada a criminalização da LGBTfobia pelo STF e que esta, até o dado momento, seja amparada pela Lei de Racismo (7716/89), que prevê crimes de discriminação ou preconceito.<sup>6</sup>

Nesse sentido, Bento (2017) vai chamar de *transfemicídio* a violência que leva a morte de mulheres trans e travestis devido a sua identidade, conceito que busca entender que apesar do termo ‘homofobia’ indicar as violências cometidas contra a comunidade LGBTQI+, este não abarca completamente as intersecções presentes na violência transfóbica, como, por exemplo, as questões de gênero. Com isso, ela aponta que no que se refere a pessoas do segmento G e L há, além de certa ‘passabilidade’<sup>7</sup>, estratégias de aceite (o que não quer dizer reconhecimento) melhor elaboradas do que em relação aos corpos trans, cujas diferenças não passam despercebidas e, portanto, materializam a “impossibilidade de assimilação” (p. 59) dentro de uma matriz heteronormativa.

---

<sup>4</sup> <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4239576>

<sup>5</sup> <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4515053>

<sup>6</sup> Retirado de BBC News Brasil: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>

<sup>7</sup> A *passabilidade* diz respeito à possibilidade de uma pessoa fora das normas hegemônicas de gênero e/ou sexualidade ser entendida enquanto cis, isto é, pessoa que se identifica com o sexo biológico ao qual foi designada/o antes ou depois que nasceu, e/ou hétero, seja através de traços físicos ou formas de se expressar corporalmente (Pontes & Silva, 2018).

A impossibilidade de ‘ser’ e de existir que é vivenciada por pessoas trans se materializa em diversos âmbitos sociais (Bento, 2008), como a escola, que é marcada diariamente por quadros alarmantes de exclusão e discriminação (Junqueira, 2009). Dentro desse espaço o corpo trans não é visto como bem-vindo e sofre violências através de brincadeiras, humilhações, dificuldade de ter acesso ao banheiro e de ter seu nome social reconhecido (Junqueira, 2010). Essas experiências, por sua vez, acabam por limitar suas trajetórias escolares e reduzem ainda mais seus espaços na sociedade (Carvalho, 2018). Em decorrência disso, a prostituição acaba sendo a única realidade que essa população encontra para sobreviver, principalmente no que diz respeito às mulheres trans.

Assim sendo, a temática aqui apresentada surge a partir de inquietações decorrentes do cenário social e político atual, de perguntas ainda não solucionadas e da grande importância de serem discutidas em conjunto com a Psicologia, visto que se tratam de graves violações dos direitos humanos, tal como os indicadores apresentados anteriormente apontam, gerando profundo sofrimento para a comunidade LGBTQIA. Como discutido anteriormente, os índices de assassinatos de pessoas trans no Brasil são alarmantes e se desdobram em meio a uma cultura permeada por circuitos de violências. A transfobia,<sup>8</sup> caracterizada pela negação do direito à liberdade de gênero, seja por meio de insultos, micro-agressões, exclusão ou até mesmo da violência física, é um fenômeno social preocupante que subjuga pessoas e possui intensos impactos psicológicos.

Para além do sofrimento, julgo importante questionar os mecanismos que sustentam tamanha violência, entendendo que a transfobia não é um fenômeno circunscrito apenas no meio social, mas que também possui bases psicológicas que se articulam continuamente com a nossa cultura. A vida trans é, portanto, marcada por diferentes formas de violência,

---

<sup>8</sup> Franco & Cicillini (2015) definem a transfobia como “processo de recusa histórica, social e cultural da forma como pessoas trans constroem seu gênero e vivem suas sexualidades. O aspecto mais marcante seria as diversas dimensões de vulnerabilidade que esses sujeitos são expostos em razão de se constituírem como ‘o/a outro/a’ do gênero e da sexualidade, portanto, ‘o/a outro/a’ na condição de direitos humanos” (p. 330).

desde a exclusão até o ato último de aniquilação de suas existências, sendo as mulheres trans o principal alvo de dizimação. Nesse panorama, o assassinato não se dá por meio de um, dois ou três golpes, mas pela repetição do ato diante do corpo. Tendo isso em vista, cabe o seguinte questionamento: por que o Brasil ou, mais precisamente, os homens brasileiros são os que mais matam mulheres trans? Ainda nessa perspectiva, quando nos deparamos com assassinatos tão brutais que parecem apontar que a morte por si só não é o suficiente, é de se perguntar: o que está tentando ser eliminado durante as incessantes facadas diante de um corpo que jaz destituído de vida?

Desse modo, a presente pesquisa se justifica principalmente pela necessidade de se entender a estrutura das violências transfóbicas através de uma ótica multidisciplinar, visto que se trata de um fenômeno que apesar de social, possui bases subjetivas. Tratando-se disso, a Psicanálise, as Ciências Sociais e os estudos de gênero podem contribuir com a compreensão de mecanismos subjetivos dessa estrutura a partir das trajetórias de vida de mulheres trans e travestis.

Em tempos de violência e da negação da liberdade, julgo necessário resgatarmos dois dos princípios fundamentais do *Código de Ética Profissional do/a Psicólogo/a* (2005/2014, p. 7, grifos nossos), os quais nos apontam que:

- I. O[a] psicólogo[a] baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- II. O[a] psicólogo[a] trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Baseando-se nas premissas que justificam o desdobramento desta pesquisa, o objetivo geral deste estudo é compreender como as mulheres trans e travestis percebem violências transfóbicas em suas trajetórias de vida. Objetiva-se, especificamente: a) Compreender como as práticas transfóbicas sofrem influência das concepções hegemônicas sobre gênero que constituem nossa sociedade e b) Investigar as estratégias que mulheres trans e travestis se utilizam para ressignificar as violências por elas sofridas.

Posto isso, esse estudo se ampara na investigação do fenômeno da transfobia, especificamente direcionada às mulheres trans e travestis, à luz das contribuições teóricas da psicanálise, dos estudos de gênero e das ciências sociais, de modo a possibilitar um rico debate interdisciplinar do fenômeno em questão. Essa escolha se deu, principalmente, pela necessidade de se pensar a transfobia como um fenômeno social estruturante e atravessado por processos subjetivos, de gênero e de poder. Sendo dever e responsabilidade da Psicologia como um todo atuar de forma crítica em relação ao nosso contexto social e promover a liberdade e dignidade do ser humano, visa-se também discutir formas de promover uma cultura de paz, na qual a liberdade de gênero se faça possível para tod@s.

Para este fim, foi utilizado o método qualitativo de pesquisa. Através da estratégia metodológica “estudo de caso”, foram entrevistadas cinco mulheres trans e travestis, sendo que três das entrevistadas participam ativamente como militantes de coletivas Trans do Distrito Federal. As informações construídas foram analisadas a partir da análise de conteúdo temática, dando origem a três categorias: 1) *Eu tinha medo que as pessoas percebessem quem eu era*: o “cistema” regulador dos corpos; 2) *Eu comecei a sentir culpa por ser quem eu era*: a rede de exclusão dos corpos trans e 3) *Minha existência como mulher trans é política*: estratégias de enfrentamento da transfobia, as quais foram discutidas em consonância com o levantamento teórico e os objetivos propostos.

## 1. Afinal, a Violência tem um Rosto?

Esta produção mítica do país-paraíso nos persuade de que nossa identidade e grandeza se encontram predeterminadas no plano natural: somos sensíveis e sensuais, carinhosos e acolhedores, alegres e, sobretudo, somos essencialmente não-violentos. O primeiro elemento da construção mítica nos lança e nos conserva no reino da Natureza, deixando-nos fora do mundo da História (Chauí, 2000, p. 34).

Acredita-se, em nosso país, na dita “cordialidade” brasileira, onde a liberdade é para todos/as e as diferenças, sejam elas quais forem, são respeitadas de bom grado. O Brasil, país laico,<sup>9</sup> não conhece as barbáries advindas do fundamentalismo religioso. Não tem notícias, sobretudo, de qualquer tipo de violência ou discriminação, não há distinção entre corpos ou formas de existência. Genocídio indígena, escravidão, ditadura, feminicídio, LGBTfobia? São alguns exemplos de fenômenos marcadamente violentos e que, no entanto, encontram uma série de dificuldades para serem reconhecidos como tais. No quadro idílico brasileiro, como diria Karnal (2017), o silêncio se faz presente e como em uma roteiro teatral, voltamos aos nossos papéis, satisfeitos/as em acreditar em uma história escrita ‘sem sangue’ ou guerras (Chauí, 2018).

Não obstante, sabe-se que ao contrário do que se acredita — o que Chauí (2000) vai chamar de ‘mito fundador’ brasileiro, visto que nosso país se ampara em uma ideia ilusória de sua própria constituição — o Brasil foi campo de mais de dezenas de guerras civis, como descrito por Karnal em *Todos contra todos: o ódio nosso de cada dia* (2017, p. 19):

---

<sup>9</sup> É interessante apontar a ideia conflitante dessa afirmação, se notarmos que das paredes frontais de ambos os plenários do Congresso Nacional, Plenário da Câmara dos Deputados e Plenário do Senado Federal, pendem duas cruces, representando o corpo de Jesus Cristo crucificado. Não é preciso dizer, portanto, que este símbolo não nos remete a outras possibilidades de religiões que não sejam a cristã.



Abrilada, movimento de Pernambuco em 1824. Cabanagem, ou Guerra dos Cabanos, no Pará de 1835-1840. Sabinada, movimento na Bahia entre 1837 e 1838. Balaiada, revolta ocorrida entre 1838 e 1841 no Maranhão. Revoltas liberais de 1842, os movimentos sediciosos organizados pelo Partido Liberal em várias partes do Brasil. Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, em 1835. Esta, a maior de todas, durou uma década, rachou o país em três Estados (o Império, a República Rio-grandense e a República Juliana) e vitimou mais de 3 mil pessoas. No século XX, aconteceu a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932.

Embora caracterizadas como guerras, evita-se, a todo custo, reconhecer seu caráter violento por meio do uso de palavras como ‘revolta’ e ‘revolução’. Apesar disso, tenta-se não só camuflar a história brasileira, mas negá-la como constituinte de um país onde a violência é estruturante. Exemplo disso é a morte de Zumbi de Palmares, líder do Quilombo dos Palmares e símbolo da resistência antiescravagista, o qual fora decapitado após ser morto à tiros e punhaladas. Não sendo o bastante, fora também castrado e o pênis costurado dentro de sua boca, sua cabeça coberta por sal e por fim espetada em um poste. Sua morte é, portanto, marca real do ódio que se tenta desmentir e da violência que é naturalizada, contanto que atinja apenas grupos sociais marginalizados (Karnal, 2017).

Pensar a colonização do Brasil é o bastante para se ter notícias de que a idealização coletiva de um país livre e democrático parece não se articular com a realidade em que diversas minorias se encontram. Assim, como bem demonstrou Chauí (2018), o impacto da crença em um país cordial e livre de qualquer tipo de discriminação, quando o quadro atual nos denuncia situações de extrema intolerância, inclusive nos discursos proferidos pelo atual presidente da república, mostra-se tanto na naturalização da violência quanto na

‘terceirização’ desta, no sentido de que a violência nunca diz respeito ao ‘nós’ e está sempre atrelada ao ‘outro’ que está fora. Mas fora de que? E quem é esse ‘outro’? É possível afirmar que em nossa cultura, a violência tem rosto, cor e classe econômica. São os meninos negros da periferia, os traficantes de drogas, os moradores de rua. São esses rostos que no imaginário social representam o medo, sem se darem conta, no entanto, que a violência retroalimenta o estado, o qual se utiliza da promessa de segurança como forma de apaziguar os afetos, de manter viva a violência e a exclusão como instrumentos de controle.

Desse modo, a violência é comumente tomada enquanto sinônimo de criminalidade e o todo jamais levado em consideração. Isso diz muito sobre como algumas violências, quando realizadas contra minorias, não são vistas como estruturantes do quadro violento do Brasil, mas como meras facticidades. Quando se fala em mortes por crimes LGBTfóbicos, feminicídios etc., alguns/mas argumentam que milhares morrem diariamente, o que não se vê é que nem *todos*<sup>10</sup> morrem pelo fato de serem trans, mulheres, negros/as, isto é, simplesmente por serem quem são. Em outras palavras, tenta-se camuflar as marcas de preconceito por trás dos crimes de ódio cometidos contra esses grupos. Assim, o sentido da violência é, portanto, muito mais amplo e engloba, de acordo com Chauí (2018), não só a dimensão física, como a psíquica e a simbólica. Nesse sentido, a definição de violência adotada nessa pesquisa é a sugerida pela autora (Chauí, 2018, p. 35-36):

Etimologicamente, “violência” vem do latim *vis*, força, e significa: 1. tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2. todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3. todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4. todo ato de

---

<sup>10</sup> Damos ênfase ao *todos* universalizante do masculino, visto que mulheres morrem simplesmente pelo fato de serem mulheres.

transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade definem como justas e como um direito (é espoliar ou a injustiça deliberada); 5.

consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e pela intimidação, pelo medo e pelo terror. *A violência é a presença da ferocidade nas relações com o outro enquanto outro ou por ser um outro*, sua manifestação mais evidente se encontra na prática do genocídio e na do *apartheid*. É o oposto da coragem e da valentia porque é o exercício da crueldade.

Agora que compreendemos um pouco a respeito da lógica violenta do Brasil, onde determinados tipos de violência, além de serem naturalizadas são consentidas pelo estado e por uma parcela da população, nos falta alguns elementos para dar continuidade a nossa discussão a partir de um recorte do fenômeno da transfobia. Nessa perspectiva, de que modo essas violências operam? Quais os mecanismos psicológicos e culturais que as amparam? Entendendo que no cerne da transfobia se encontra certa inflexibilidade em pensar as identidades de gênero de forma não rígida, julgamos oportuno questionar essa lógica determinante através das discussões realizadas em volta do conceito de gênero na literatura feminista. Assim, será possível pensar que na própria forma como o binário de gênero e a heteronormatividade se organizam, orchestra-se a exclusão de outras possibilidades de subjetividade, dando vazão para a discriminação e a violência.

### **1.1. Os desdobramentos do gênero na literatura feminista e o mito do “natural”**

Para compreendermos de modo analítico como o fenômeno da transfobia se configura, devemos buscar através dos estudos de gênero os mecanismos de perpetuação de verdades e saberes a respeito da constituição do gênero. Desse modo, entende-se que as

concepções sobre sexo, gênero e sexualidade possuem um viés histórico e cultural que encontrou espaço a partir do surgimento da primeira onda do feminismo, que teve seu início no seio das manifestações contra a discriminação feminina, as quais receberam maior visibilidade a partir do sufragismo — movimento que teve como intuito estender o direito de voto às mulheres. Durante esse período, as reivindicações eram direcionadas estritamente a preocupações sociais e políticas, como a organização da família, oportunidades de estudo e acesso a determinadas profissões, estando, “sem dúvida, ligados ao interesse das mulheres brancas de classe média” (Louro, 2003, p. 15).

Com a emergência da segunda onda do feminismo a partir de 1960, no século XX, o conceito de gênero ganha espaço nas discussões e reivindicações deste movimento. Scott (1995) e Louro (2003) apontam que do inglês, *sex* e *gender* passam a carregar significados diferentes através das feministas anglo-saxãs, com o intuito de rejeitar a ideia de determinismo biológico que sexo e diferença sexual implicam. Para as autoras, essa diferenciação não se deu, no entanto, com “a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (Louro, 2003, p. 22).

A partir do feminismo de terceira onda, a dicotomia sexo-gênero passa a ser questionada por algumas teóricas. Judith Butler, em seu livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, nos traz uma afirmação interessante: “o ‘corpo’ é em si mesmo uma construção” (1990/2017, p. 30). Com essa afirmação, Butler pretende questionar o corpo enquanto ente passivo, reiterando que não se trata apenas de um instrumento atravessado pelos significados culturais, mas como algo que é construído em meio às regulações de gênero. Se como afirma a autora, o ‘corpo’ é ele mesmo uma construção, a construção do gênero se daria antes ou depois do corpo?

Goellner (2003) enfatiza a ideia de que os corpos ganham sentido socialmente pela linguagem. Isso significa dizer que a ‘inscrição’ do gênero ocorre — sempre — em determinada cultura. O corpo carrega em si marcas dessa cultura, assim como é regulado e nomeado pela linguagem a ela pertencente (Louro, 2004).

Nesse sentido, quando Butler (1990/2017) assinala que o corpo é em si mesmo uma construção, isso nos remonta à discussão de que não se deve pensar o sexo como uma “facticidade anatômica pré-discursiva”, visto que é através das regulações de gênero que se constroem corpos generificados. Não é possível, portanto, falarmos de corpos que não tenham sido interpretados pelos significados culturais, o que anularia a existência significável de um corpo anterior às suas marcas de gênero. Com isso, a autora nos demonstra que o sexo é tão culturalmente construído quanto o gênero, visto que são continuamente atravessados por regulações de poder.

Ainda de acordo com Butler (2014), o processo de regulação do gênero não ocorre a *posteriori*. Ela nos aponta que as regulações delimitam aquilo que é considerado normal e que, portanto, não há um gênero pré-existente a sua regulação, visto que é sujeitando-se às regulações que o sujeito generificado emerge. Sendo assim, o gênero funciona enquanto uma norma e segundo a autora essas normas operam:

(...) no âmbito de práticas sociais sob o padrão comum implícito da normalização.

Embora uma norma possa ser analiticamente separada das práticas nas quais ela está inserida, também pode mostrar-se recalcitrante a quaisquer esforços de descontextualização de sua operação. Normas podem ou não serem explícitas, e quando elas operam como o princípio normalizador da prática social, elas geralmente permanecem implícitas, difíceis de perceber e mais clara e dramaticamente discerníveis nos efeitos que produzem (Butler, 2014, p. 252).

As normas de gênero, portanto, atuam de forma imperceptível, de modo que são entendidas como algo pré-existente e indiscutivelmente inalteráveis. Em consequência disso, são disseminados discursos essencialistas, em que muitas pessoas compreendem o gênero e a sexualidade como aspectos inatos e já formados no sujeito desde seu nascimento. Isso se deve, principalmente, a um sistema que é constantemente regulado por roteiros que se organizam a partir de discursos heteronormativos e do binário de gênero, no qual os gêneros não ‘convencionais’, ou seja, não hegemônicos, são considerados desviantes (Butler, 2014; Sabat, 2001). Em contrapartida a essa lógica, nosso intuito é apontar que o gênero não se configura enquanto entidade fixa. De acordo com Butler:

Gênero não é exatamente o que alguém “é” nem é precisamente o que alguém “tem”. Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e *performativas* que o gênero assume (Butler, 2014, p. 253, grifo nosso).

Desse modo, compreender o gênero enquanto um ‘ato’, isto é, como *performance*, nos leva à questão de que o gênero se dá por meio de *performances* que são repetidas corriqueiramente daquilo que é esperado, dos modos de ser e agir considerados como ‘femininos’ e/ou ‘masculinos’. Embora esses atos sejam, em certa medida, performados por corpos individuais, trata-se de uma ação pública com o “objetivo estratégico de manter o gênero em sua estrutura binária” (Butler, 1990/2017, p. 242). Por este motivo, não se deve atribuir ao gênero um caráter estável. Mais do que isso, trata-se de compreendê-lo como “uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio

de uma *repetição estilizada de atos*” (p. 242, grifos da autora) e não como um ‘eu’ binário naturalizado e permanente.

## **1.2. Gênero como instrumento político de controle?**

Conforme Laqueur (2001 como citado em Zanello, 2018), Louro (2004) e Bento (2008), a ideia da diferença sexual substantiva e binária-oposta, diferente do que se acredita, nem sempre existiu. De Aristóteles ao século XVII, a teoria do sexo único foi predominante. Acreditava-se que devido a falta de calor durante a gestação de uma menina, esta não alcançava o desenvolvimento completo e, portanto, era considerada como um homem inferior, ou seja, ‘imperfeito’. Fato curioso dessa explicação era que os órgãos genitais femininos eram comumente representados de modo semelhante ao pênis, mas de maneira anatomicamente ‘invertida’. Desse modo, o sexo nesse período não se caracterizava enquanto uma categoria ontológica, mas sociológica.

Por volta dos séculos XVIII e XIX o capitalismo se consolida e, com ele, a promessa da possibilidade de mobilidade social. No início do século XV essa possibilidade era totalmente descartada, visto que a condição social em que uma pessoa nascia era determinante rígida da forma como sua vida iria se constituir. Com o advento do capitalismo, o sonho de ascensão social se faz possível, com um porém, essa possibilidade só estava ao alcance de homens brancos, enquanto mulheres, escravos e ex-escravos não dispunham das mesmas oportunidades. É também em meio a essas mudanças sociais e políticas que se dá a distinção entre o espaço “público” e “privado”, âmbitos claramente marcados pelo binário de gênero que se constituía ainda mais rigidamente (Zanello, 2018).

O ‘sexo oposto’ emerge, portanto, enquanto produto oportuno à organização social da época, à medida que surge o interesse em apontar as “diferenças anatômicas e fisiológicas concretas em homens e mulheres” (Laqueur, 2001 como citado em Zanello,

2018, p. 40). Também é interesse dessa lógica justificar por meio da naturalização das diferenças sociais os motivos pelos quais pessoas à margem não tenham acesso aos mesmos ensejos sociais. Daí a importância de se pensar o gênero politicamente, sendo o binarismo historicamente utilizado enquanto estratégia política de explicação de uma organização social hierárquica, servindo à consolidação do capitalismo (Zanello, 2018).

Nesse sentido, apontar que aquilo que é dado como natural é, na verdade, sempre atravessado por olhares e marcas de gênero, nos guia ao questionamento dessa estrutura hegemônica vigente e “equivale a dizer que não é necessariamente a partir da natureza que se criam as dicotomias, e sim que se aprende a perceber o mundo como dicotômico, restando pouca tolerância para a indefinição e a ambiguidade” (Machado, 2005, p. 261).

Compreender analiticamente a produção de corpos generificados e as regulações às quais estes são submetidos cotidianamente nos ajuda a entender que não há a existência de uma “essência” do gênero ou da sexualidade. A performática do gênero, seja por meio das mais diversas expressões corporais ou dos modos de se compreender no mundo, não deve, portanto, estar presa a uma lógica de “normalidade”, de como nossos corpos devem se apresentar para serem, por fim, validados. Desconstruir é, aqui, o primeiro passo para pensarmos a matriz violenta que sustenta as práticas transfóbicas de nossa sociedade. Para dar seguimento a nossa discussão, sugiro que busquemos na articulação entre a Psicanálise, as Ciências Sociais e os estudos de gênero uma análise mais aprofundada da forma como esse fenômeno se estrutura.



## 2. Psicanálise e Estudos de Gênero: Desafios e Potencialidades

Em sua análise crítica dos discursos da psiquiatria e da Psicanálise acerca da transexualidade, Arán (2006) discute que a ideia de que a transexualidade se caracteriza como uma “doença”, do modo que foi e é discutido nessas ciências, deve-se, principalmente, à uma concepção normativa a respeito do sistema sexo-gênero. Dentre diversas teorias que se debruçam sobre essa temática, parece haver um consenso em classificar a transexualidade como uma “incoerência entre sexo e gênero” (p. 50) e, ademais, busca-se explicar a experiência transexual como patologia, seja através de diagnósticos como o de “transtorno de identidade” ou, até mesmo, inscrevendo a identidade trans na gama das psicoses, “devido à recusa da diferença sexual” (Arán, 2006, p. 50).

Ainda, a autora discute que à medida que a norma heterossexual e reprodutiva foi instituída como ‘natural’, as formas de prazer ditas perversas foram tomadas pelo saber psiquiátrico como desvios sexuais, como, por exemplo, a homossexualidade. No século XIX, autores como Krafft-Ebing, buscaram descrever algumas das consideradas ‘anomalias’ relacionadas à sexualidade, tal como a “sexualidade antipática”, descrita por ele como ausência de “sentimento pelo sexo oposto”, podendo se manifestar através de “sentimentos e instintos homossexuais”, alterações da personalidade e até mesmo o “desejo de transformação corporal” (Arán, 2006, p. 52). Com efeito, é notória a influência que explicações como esta, que se amparam na clara tentativa de patologizar vivências consideradas ‘fora da normalidade’ de gênero e/ou sexual, tenham na forma como as identidades sexuais e de gênero não hegemônicas são vistas atualmente (Arán, 2006).

A Psicanálise, desde seu início, surge através de um olhar questionador e instigante dos fenômenos sociais e psiquiátricos da época. A própria forma como Freud descreve e analisa os primeiros casos de histeria nos guia ao diferencial oferecido pela nova ciência

que rompia no início do século XX e que buscava romper com a lógica médica e com saberes culturais naturalizados (Freud, 1893-1895/2016). A primeira versão de *Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, datada de 1905, ainda que de forma tímida, rompe com alguns paradigmas da época no que diz respeito à sexualidade humana. Nesse texto, Freud aponta que não é necessário haver uma correspondência entre pulsão e objeto, ratificando, então, a ideia de não linearidade entre a díade gênero-desejo. Segundo o autor:

O conhecimento obtido em casos considerados anormais nos diz que neles há apenas, entre instinto [*pulsão*] sexual e objeto sexual, uma soldagem, que arriscamos não enxergar devido à uniformidade da configuração normal, em que o instinto parece já trazer consigo o objeto. Assim, somos levados a afrouxar a ligação entre instinto [*pulsão*] e objeto que há em nossos pensamentos. É provável que o instinto [*a pulsão*] sexual seja, de início, independente de seu objeto, e talvez não deva sequer sua origem aos atrativos deste (Freud, 1905/2016, p. 38, grifos nossos).

Essa afirmação, por um lado, amplia os horizontes da sexualidade, demonstrando não haver uma ‘naturalidade’ desta tal como se imaginava e denunciando os discursos normatizadores da época. Por outro, sabe-se que apesar da tentativa de, como dito por Arán (2006), ‘deslocar’ as sexualidades consideradas perversas da seara de saberes da psiquiatria, foram estabelecidos outros modos de normatização através de teorizações como “o imperativo do modelo do Édipo<sup>11</sup> e da castração” (Arán, 2006, p. 55).

---

<sup>11</sup> “Para Freud, o Complexo de Édipo é um fenômeno inconsciente que se constitui num momento de passagem que mobiliza pulsões, afetos e representações ligadas aos pais. Na sua chamada forma positiva, o complexo se apresenta como na história do Édipo-Rei de Sófocles: desejo de morte do rival, que é a personagem do mesmo sexo, e desejo sexual pela personagem do sexo oposto. Esse complexo está estritamente relacionado à noção de Castração, o qual vai desempenhar uma função interditoria e normativa que terá diferentes destinos nas trajetórias masculinas e femininas” (Arán, 2009, p. 656).

Dando continuidade a esse debate, Arán (2006) faz referência à alguns trabalhos realizados por psicanalistas que se debruçaram sobre a transexualidade recorrendo, principalmente, à psicanálise lacaniana. Nestes, destaca-se uma aproximação da transexualidade com a estrutura psicótica, que para a autora está interligada à forte influência do caso Schreber, interpretado por Freud em 1911, o qual mantinha uma relação entre homossexualidade e paranoia. Ainda segundo ela:

Lacan, em parte herdeiro desta tradição, mesmo considerando as diferenças entre o transexualismo<sup>12</sup> e a compreensão psiquiátrica da psicose, argumenta que o discurso transexual estaria baseado na certeza delirante em relação à identidade, e no desejo incontornável de “mudar de sexo”. Neste sentido, não tendo o Édipo, o recalque e a falta como operadores organizativos, o transexualismo seria uma forma específica de psicose (Arán, 2006, p. 55).

Nessa perspectiva, Arán (2006) ressalta que outros autores tentaram, nessa mesma linha, propor uma “clínica estrutural do transexualismo”, como Henry Frignet, que a partir da diferenciação entre “transexuais verdadeiros” e “transexualistas”, buscou abordar a primeira através da foraclusão<sup>13</sup> da identidade sexual. Dessa maneira, esses sujeitos estariam inseridos “fora do sexo”, à medida que recusam a identificação com aquilo que se mostra enquanto materialidade do corpo e reivindicam pertencer a outro gênero.

Diante do exposto, cabe nos questionarmos em que sentido as visões patologizantes das identidades trans e travesti estão ancoradas “num sistema de sexo e gênero que

---

<sup>12</sup> A autora faz uso do termo ‘transexualismo’ para se referir à patologização das identidades trans e travesti.

<sup>13</sup> Lacet (2004) discute que para Lacan, a foraclusão seria o “mecanismo que estaria na origem da estrutura psicótica - estabelecendo, aí, uma clínica diferencial em relação à neurose, cujo mecanismo fundante é o recalque - e que consistiria na rejeição do significante do Nome-do-Pai para fora do registro do simbólico, sendo esse fracasso da metáfora paterna, essa falha na operação de castração, o que conferiria à psicose sua condição essencial” (p. 244).

pretende estabelecer fronteiras e limites entre o inteligível e o impensável, ou melhor, entre normais e ‘anormais’” (Arán, 2006, p. 57). Em outras palavras, faz-se importante reconhecer em que medida os saberes científicos legitimam a exclusão e discriminação de determinados grupos através da divisão entre o que é considerado ‘normal’ e ‘patológico’. Nessa direção, a autora lança mão do seguinte questionamento: “apesar da complexidade desta problemática, quais as possibilidades de uma reflexão crítica no interior da clínica/teoria psicanalítica que permita o descolamento da transexualidade deste território normativo de patologização?” (pp. 57-58).

É importante situarmos cada teoria em dado momento da história e da cultura, de modo que seja possível compreendermos que suas formulações sempre serão imbuídas em concepções sociais que, muitas vezes, se configuram de forma rígida e pouco aberta para arranjos diferentes daqueles que são previstos pelo saber hegemônico. Diferente do que se acredita, a ciência jamais estará isenta da subjetividade daqueles e daquelas que a impulsionam, assim como não deve ser entendida como saber inquestionável.

Se compreendermos a lei como uma estrutura anterior e transcendente às manifestações sociais, políticas e necessariamente históricas, o simbólico será apresentado como uma força que não poderá ser modificada e subvertida sem a ameaça da psicose. No entanto, se compreendermos a lei como algo que é vivido e constantemente reiterado de forma imanente às relações de poder, as possibilidades de modificação e subversão inclusive do simbólico, não necessariamente significarão uma ameaça à cultura e à civilização (Arán, 2006, p. 58).

Com isso, é importante “certo estremeamento destas fronteiras excessivamente rígidas e fixas — tais como as do simbólico e das estruturas de poder” (Arán, 2006, p. 59),

de modo que haja maior abertura para o questionamento de determinados saberes que perpassam a psicanálise. Desse modo, gostaria de lembrar que ela mesma nasce do questionamento daquilo que está em voga e que ao longo do tempo, nunca deixou de tentar se reinventar e adequar suas lacunas às novas possibilidades de conhecimento. A psicanálise é, por si só, movimento, e aí se encontra seu grande potencial, pois diante daquilo que parece comum, ela se mostra questionadora. Nessa perspectiva, é somente a partir desses questionamentos que as identidades trans e travesti poderão deixar de serem consideradas abjeções e serão viáveis suas existências no mundo.

### **2.1. Os corpos que habitam a margem: a transfobia enquanto fenômeno de fronteira**

Como discutido anteriormente, a noção de ‘sexo binário’ é construída a partir das normas binárias de gênero, através das quais irão emergir ‘sujeitos mulheres’ e ‘sujeitos homens’, “o que tem como resultado a ilusão óptica retroativa de um sexo natural, de uma substância anterior ao discurso, que seria meramente expressa nas *performances* generificadas tradicionais” (Lima & Vorcaro, 2017, p. 475, grifo do original). Essas normas são encarregadas de definir aquilo que está dentro ou fora do campo do *normal*, de uma “normalidade” de gênero que permitirá a esses sujeitos serem reconhecidos como humanos dentro de uma matriz de inteligibilidade.

Não apenas validar e reconhecer como “humano” os sujeitos que estão dentro do que deve ser homem ou do que deve ser mulher, as normas de gênero também irão regular aquilo que lhe é exterior, mas que é, ao mesmo tempo, construído em relação à essa norma (Butler, 1990/2017). É aí, portanto, que habita seu perigo, à medida que aqueles sujeitos considerados desviantes não irão compor a normalidade, mas o campo do monstruoso, do

terrível e abjeto (Safatle, 2012), “daquilo que vem tensionar os limites do humano — ou do que pode ser reconhecido como humano” (Lima & Vorcaro, 2017, p. 475).

Nesse sentido, podemos dizer que as regulações de gênero produzem sujeitos e que para ser sujeito, é necessário estar inserida/o ‘dentro’ de uma ‘identidade’ que é assegurada por uma falsa linearidade entre sexo, gênero e sexualidade. Isto é, cisgênero e heterossexual. Caso contrário, a própria noção de ‘pessoa’, como nos indica Butler (1990/2017), seria questionada “pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é ‘incoerente’ ou ‘descontínuo’” (p. 43).

Como salientado por Lima & Vorcaro (2017) no artigo *O estranho como categoria política: psicanálise, teoria queer e as experiências de indeterminação*, o conceito de *Das Unheimliche* — o estranho, inquietante, estranho-familiar e como traduzido recentemente, o *infamiliar* — que é apresentado por Sigmund Freud em 1919 (2019), possibilita uma via de discussão acerca da transformação do outro em abjeto e o medo resultante do contato com aquilo que é diferente. Segundo os autores, o *infamiliar* diz respeito a um “(...) elemento alteritário que produz em nós um sentimento de inquietante estranheza na medida em que faz confundirem-se as barreiras entre eu e outro” (p. 476).

Freud (1919/2019, p. 33), por sua vez, define o *infamiliar* como “uma espécie do que é aterrorizante, que remete ao velho conhecido, há muito íntimo”. Inicialmente, o autor analisa o *infamiliar* através de sua relação com o que é familiar. Para ele, o sentimento de *infamiliaridade* só se torna possível quando diz respeito a algo que, na verdade, já foi conhecido e que é, então, recalçado. Freud aponta, ainda, que “quanto mais uma pessoa se orienta por aquilo que se encontra à sua volta, menos é atingida pela impressão de *infamiliaridade* quanto as coisas e aos acontecimentos” (Freud, 1919/2019, p. 33, grifos do original). Em uma releitura de seu texto, esse conceito parece apontar para algo da

alteridade que nos constitui enquanto seres humanos, algo que nos escapa à medida que tentamos dela nos desfazer. Isto é, ao não conseguir reconhecer o que há de vacilante em si mesmo, passamos a apontar como estranho no outro (Lima & Vorcaro, 2017).

Sabendo que muitas vezes o ‘*identificar-se a algo*’ traz consigo conforto e a ideia de segurança (Carvalho, 2018), por um lado, o pertencimento exerce certo papel nas vidas dos sujeitos à medida que indica como lidar com o desamparo psíquico, amenizando sentimentos de ‘completa desolação’ (Costa, Paravidini, Próchno & Neves, 2016, p. 27). Por outro lado, quando essas identidades se tornam rígidas, havendo pouca ou nenhuma flexibilidade frente a possibilidade de indeterminação, a ameaça de rompimento da imagem de si faz com que esses indivíduos recorram “à conservação, a qualquer custo, (...) de determinada narrativa sobre si” (Lima & Vorcaro, 2017, p. 479), ou seja, daqueles elementos identitários que lhes permitem serem reconhecidos/as no mundo. Como resultado, o medo, diante do que é diferente, converte-se em violência.

Na leitura de Lima & Vorcaro (2017), o aparecimento de sujeitos que desafiam a lógica hegemônica será causa de angústia<sup>14</sup> para aqueles indivíduos cujos semblantes são reconhecidos dentro da matriz hegemônica de gênero e sexualidade. Sendo indispensável à angústia a presença de um “objeto”,<sup>15</sup> quando esses corpos ininteligíveis e que deveriam permanecer velados são trazidos à tona, há uma ameaça de indeterminação frente a esse outro que não reproduz minha imagem narcísica. Diante do perigo da indeterminação, as performances de gênero servirão como um roteiro tranquilizador da angústia frente à ameaça de instabilidade identitária. Logo:

---

<sup>14</sup> Freud (1926/2014, p. 114) discute que “a angústia tem uma inconfundível relação com a expectativa: é angústia *diante de algo*. Nela há uma característica de *indeterminação e ausência de objeto*; a linguagem correta chega a mudar-lhe o nome, quando ela encontra um objeto, e o substitui por *temor [Furcht]*”. Já na perspectiva de Lacan (Lima & Vorcaro), a angústia exige a presença de um objeto. Para dar seguimento à nossa discussão, adotamos aqui a segunda formulação.

<sup>15</sup> Christian Dunker discute que na leitura Lacaniana, o “objeto” causador de angústia também será causa de desejo. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zGD5Z5LBDW8>

A angústia de estar diante desses estranhos sujeitos parece romper com a conservação narcísica da imagem de si mesmo que alguns dos sujeitos produzidos dentro da hegemonia tentam falhadamente sustentar. Como consequência, para lidar com esse angustiante perigo pulsional, a indeterminação é convertida em medo, o que gera uma via facilitadora para a violência, física e/ou verbal (Lima & Vorcaro, 2017, p. 479).

Tendo isso em vista, esse Eu<sup>16</sup> estruturado a partir dessas formas hegemônicas de subjetivação, como a matriz binária heterossexual, vem se defrontar com a angústia causada pelo encontro com aquilo que considera terrível no outro — a pessoa trans, a travesti, intersexo, não-binária, o gay, a lésbica, a/o bissexual, enfim, todo o conjunto de sujeitos que apesar de vivas e vivos, não são consideradas vidas, pois não são passíveis de luto e reconhecimento (Butler, 2018). Esse encontro com o abjeto revela para esses sujeitos uma ameaça de instabilidade das *identidades*, que, como dito anteriormente, fazem parte do processo de tornar-se sujeito dentro de uma lógica hegemônica de gênero e sexualidade (Lima & Vorcaro, 2017). Isso, pois, para se tornar humano dentro dessa lógica, é necessário *performar* aquilo que está dentro do campo do *possível*<sup>17</sup> para o que deve ser homem ou do que deve ser mulher. Caso contrário, esses sujeitos constituirão a categoria do inumano, daquilo que não se constitui enquanto imagem humana (Safatle, 2012).

---

<sup>16</sup> Freud (1923/2010) aponta a diferenciação do psíquico entre consciente e inconsciente como premissa básica da psicanálise, sendo por meio da repressão que se torna uma ideia inconsciente. O inconsciente, por sua vez, é dividido em dois tipos: o inconsciente latente, isto é, capaz de consciência; e o reprimido, que não é capaz de consciência. Aos processos conscientes, liga-se o Eu. “Ele domina os acessos à motilidade, ou seja: a descarga das excitações do mundo externo; é a instância psíquica que exerce o controle sobre todos os seus processos parciais, que à noite dorme e ainda então pratica a censura nos sonhos” (Freud, 1923/2010, p. 20). Apesar da atribuição dos processos conscientes ao Eu, isso não exclui a ideia de que também há algo nele que é inconsciente, visto que há forças que atuam sobre ele e que, no entanto, não se tornam conscientes.

<sup>17</sup> Empregamos o termo *possível* no sentido daquilo que, de acordo com as regulações binárias de gênero, é aceito no campo das normas, isto é, as expressões de gênero/sexualidade que ‘*devem*’ ser manifestas em última instância dentro de uma lógica ‘normal’ ou ‘natural’.



Em convergência com o que foi discutido, Madureira (2007) e Madureira e Branco (2015) apontam que diversas formas de preconceito, como a homofobia, o racismo, o sexismo e a transfobia, sendo este último o nosso fenômeno de análise, ancoram-se em um enraizamento afetivo, isto é, uma supervalorização de elementos identitários considerados como pertencentes ao grupo do “nós” e desqualificação de tudo aquilo que é considerado como alheio aos valores e crenças desse “nós”, isto é, o que irá compor o grupo do “eles” ou dos “outros” — aqueles que estão fora da norma. Nessa perspectiva, as autoras discutem que o preconceito não se ancora apenas na via cognitiva, “em uma forma determinada de organizar a nossa compreensão sobre nós mesmos(as) e o mundo social em que estamos inseridos(as) — mas está especialmente ancorado na emoção” (Madureira, 2007, p. 45).

Isso explicaria a tarefa árdua e muitas vezes desgastante que é a desconstrução do preconceito através da via da informação (Madureira, 2007). As autoras enfatizam ainda o caráter simbólico das mais variadas formas de preconceito, visto que atuam enquanto fronteiras simbólicas rígidas “construídas historicamente e com forte enraizamento afetivo, que acabam por se constituir em barreiras culturais entre grupos sociais e entre indivíduos” (Madureira & Branco, 2015, p. 579). É importante enfatizar que ainda que existam, em diferentes culturas, fronteiras semipermeáveis que delimitam as diferenças entre esses grupos e indivíduos, estas tornam-se enrijecidas apenas à medida que passam a desqualificar tudo aquilo que não lhe diz respeito: o diferente (Madureira & Branco, 2015). Nessa lógica, o preconceito incorpora uma espécie de redoma, que marginaliza tudo aquilo que não atende aos critérios do ‘normal’ na tentativa constante de manter o *status quo*.

Em articulação com o que foi discutido anteriormente, a configuração cultural orientada por normas inflexíveis acerca das expressões de gênero e sexualidade tem como efeito a não abertura para representações de subjetividades contrárias ao ideal hegemônico. Desse modo, aqueles indivíduos considerados ‘transgressores’ (Carvalho, 2018) serão

vistos como ameaça à essa representação de Eu hegemônica, materializando-se, pois, em fronteiras simbólicas rígidas que (Madureira, 2007; Madureira & Branco, 2015) que fomentam, por sua vez, a intolerância e a violência.

### **3. Afetos, Política e Resistência: Por uma Cultura Efetivamente Democrática**

Ao focalizar, de forma integrada, as dimensões sociais e subjetivas envolvidas na (re)produção dos preconceitos e das discriminações do cotidiano (...) a psicologia pode contribuir, juntamente com outras áreas do conhecimento, na luta mais ampla pela construção de relações que valorizem a diversidade e a pluralidade existente em nossa sociedade (Madureira, 2007, p. 64).

O campo dos estudos de gênero, ainda que seja uma preocupação central de teóricas feministas da antropologia e sociologia desde o surgimento das primeiras ondas do feminismo (Muszkat, 2006), tem ampliado seus horizontes e se tornado objeto de estudo de diversas outras áreas do conhecimento, como a enfermagem, a educação física e a psicologia. Esse movimento interdisciplinar, além de possibilitar novos olhares acerca das mais diversas facetas que perpassam as relações de gênero e sexualidade, corroboram também com a viabilidade de um debate mais amplo.

Na esfera psicanalítica, encontramos poucos estudos que ousam se debruçar sobre a temática de gênero ou, mais especificamente, da transfobia. Ao ampliarmos nossa temática para as violências em geral, encontramos algumas/uns autoras/es que se dedicam à compreensão desse fenômeno (Muszkat, 2006) em articulação com a ótica social da psicanálise, principalmente no que diz respeito ao campo da política e dos afetos. Em nossas buscas, encontramos também poucas pesquisas que visam a construção e promoção de novas possibilidades de intervenção e que enfoquem, especificamente, essas três categorias: (a) transfobia; (b) violências; e (c) psicanálise. Em vista disso, nosso primeiro desafio aqui será suscitar possíveis questionamentos acerca dessa temática através das

contribuições de diferentes pesquisas nas áreas de gênero, LGBTfobia e política, de modo a dar continuidade à nossa proposta inicial de articulação entre psicanálise e ciências sociais.

### **3.1. O potencial político dos afetos**

No campo das violências, Vladimir Safatle<sup>18</sup> (2018), em seu livro *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*, dedica-se à compreensão do medo como afeto político principal de nossa sociedade e do potencial da modificação de nossas relações e circuitos de afetos para a promoção de transformações políticas efetivas. Em sua leitura filosófica da psicanálise e dos fenômenos políticos, o autor discorre a respeito da importância de vivenciar o desamparo como constituinte de nossa vida psíquica, no sentido de entrarmos em contato com a nossa impotência enquanto seres finitos. De suas contribuições mais valiosas para o nosso fenômeno em questão, é possível apontarmos a necessidade de repensar nossos vínculos sociais e da possibilidade de abertura para a indeterminação, de modo a flexibilizar nossas formas de afirmação.

Usualmente, acredita-se que falar sobre *afetos* está, de modo geral, associado às questões de ordem privada, restringindo-se às relações que estabelecemos com indivíduos de nossa rede interpessoal. Uma visão mais ampla desse fenômeno, como nos indica Safatle (2018), seria a de que os afetos possuem papel fundamental para além de nossas vidas individuais, pois dizem respeito também e, principalmente, ao modo como nos colocamos enquanto sujeitos políticos no mundo. Através dessa ótica, portanto, os afetos circulam continuamente entre nós e são, ainda, utilizados como instrumentos políticos.

Para Safatle (2018), há dois afetos principais que constituem nossa vida política atual. A saber: medo e esperança. O medo, da forma que se configura no cerne de nossas

---

<sup>18</sup> Vladimir Safatle é professor do departamento de filosofia da Universidade de São Paulo. Desenvolve pesquisas nas áreas de epistemologia da psicanálise e da psicologia, desdobramentos da tradição dialética hegeliana na filosofia do século XX e filosofia da música.

relações, tem como resultado ver o outro como potencial invasor. Fazendo uma articulação com Madureira (2007), em virtude da ameaça de despossessão de si por esse outro, faz-se necessário erigir fronteiras simbólicas rígidas que impossibilitem a aproximação daquilo que não reproduz uma imagem narcísica de si.

Nessa lógica, o medo se configura como afeto político de difícil dissociação da compreensão dos indivíduos, visto que ao sempre enxergar o outro como potencial inimigo, é de se esperar que esses sujeitos estejam constantemente defendendo seus interesses e fronteiras, isto é, aquilo que está no cerne do que compõe, por assim dizer, a sua identidade. Sendo assim, o risco iminente de perda identitária se encontra sempre latente, à espreita da alteridade que, portanto, se mostra como risco à sua imagem (Safatle, 2018).

O que pode nos explicar por que a liberdade tal como compreendida sob a forma de indivíduos é paga pela definição do outro como espécie de “invasor potencial”, como alguém com quem me relaciono preferencialmente através de contratos que definem obrigações e limitações mútuas sob os olhares de um terceiro (Safatle, 2018, p. 17).

O governo atuará nessa lógica com o que Safatle vai chamar de controle do “excesso das paixões”, como instaurador do medo necessário à ordem, “através de contratos que determinem lugares, obrigações, previsões de comportamento” e que estão, portanto, “vinculadas à circulação do medo como afeto instaurador e conservador de relações de autoridade” (p. 43). Ele assinalará, ainda, que esse processo parece dar vazão a outros afetos sociais, como, por exemplo, a esperança, visto que diante do horizonte vacilante em que se encontram os indivíduos, em meio à violência e a precarização da vida, a autoridade política que representa o estado surge como solução mágica à esse constante desamparo, através de discursos acerca da segurança (Safatle, 2018).

O fato fundamental no interior dessa relação de não relações é a necessidade que tal legitimação da soberania pela capacidade de amparo e segurança tem da perpetuação contínua da imagem da violência desagregadora à espreita, da morte violenta iminente caso o espaço social deixe de ser controlado por uma vontade soberana de amplos poderes. (...) ele<sup>19</sup> precisa provocar continuamente o sentimento de desamparo, da iminência do estado de guerra, transformando-o imediatamente em medo da vulnerabilidade extrema, para assim legitimar-se como força de amparo fundada na perpetuação de nossa dependência (Safatle, 2018, p. 45).

Não é à toa que os discursos políticos estejam sempre na direção do resgate de uma segurança ingênua, de um passado em que ‘as coisas eram melhores’. Assim, com o aval de uma sociedade subserviente, utilizam de instrumentos rígidos de manutenção da ordem, como é o exemplo da militarização das escolas e da intervenção militar nas periferias. Sabemos, dessa forma, que essas estratégias estatais não têm como intuito a garantia efetiva da tão sonhada segurança, mas da higienização dos espaços e do controle dos corpos que segundo essa lógica, não possuem humanidade o suficiente.

### **3.2. Desconstruindo a transfobia: para pensar um universo das resistências**

Diante do exposto, quero dar destaque à seguinte questão: como podemos contribuir para o reconhecimento das diferenças e possibilitar que não somente mulheres trans, mas pessoas marginalizadas socialmente possam viver de forma digna, de modo que possamos sair do plano cognitivo e tocar os sujeitos em seus afetos?

Como pontapé inicial, é de suma relevância enfatizar que o primeiro passo para o combate e a prevenção de práticas transfóbicas está calcado na investigação da transfobia

---

<sup>19</sup> O Estado.

enquanto fenômeno recalcitrante de nossa sociedade, à medida que a investigação e compreensão das mais diversas formas de preconceito e discriminação podem se constituir em modos de se pensar a “construção de novas perspectivas sobre o objeto de estudo em questão” (Madureira, 2007, p. 45). É, portanto, através da compreensão de um fenômeno que se possibilita o conseguinte levantamento de intervenções possíveis.

Assim, destaca-se a importância de que pessoas trans e travestis possam apontar como ressignificam as violências presentes em suas trajetórias e possíveis estratégias para o enfrentamento da transfobia, de modo que possam protagonizar as frentes de luta por políticas públicas. Em relação à LGBTfobia, de forma geral, são discutidas na literatura encontrada iniciativas que englobam intervenções voltadas para o acolhimento de pessoas que sofrem esse tipo de violência, a capacitação de profissionais que podem intervir nessas situações, como educadoras/es (Madureira, 2007) e profissionais da saúde e discussões a respeito de políticas públicas mais efetivas no que diz respeito à assistência dessa população (Arán, Murta & Lionço, 2009).

Tratando-se do contexto escolar, Madureira (2007) discute a respeito do potencial da escola enquanto espaço capaz de subverter a lógica repressiva e violenta às quais pessoas socialmente marginalizadas são submetidas. Ao longo de sua tese, a autora discute formas de promover a escuta dessas pessoas, a importância de iniciativas voltadas para a assistência e promoção de equidade, além da necessidade de formação de profissionais no que diz respeito ao combate da intolerância. Em outra perspectiva, Carvalho (2018) discorre a respeito da estrutura violenta de nosso país, principalmente no que diz respeito às violências vivenciadas pelos corpos TTT.<sup>20</sup> Ainda, a autora sinaliza a importância de redes de apoio voltadas para pessoas trans e o questionamento ético da atuação profissional da psicologia acerca da patologização das identidades não-hegemônicas.

---

<sup>20</sup> Travestis, Transexuais e Transgêneros.

Em suma, ainda que intervenções que se utilizam da informação e conscientização dos sujeitos acerca da promoção de equidade e em defesa da diversidade tenham papel fundamental na desconstrução do preconceito e da violência, sugiro ir além e lançarmos mão do questionamento de iniciativas que se ancoram apenas na desconstrução da transfobia em um plano consciente, em vista, principalmente, do caráter afetivo do preconceito e da discriminação (Madureira, 2007). Para que essas práticas sejam mais efetivas, é fundamental que, inicialmente, os sujeitos possam estar implicados afetivamente no processo de desconstrução. É preciso, portanto, afetar-se para se desconstruir (Safatle, 2018), no sentido de que possamos promover formas de afirmação de si mesmo/a sem que haja a necessidade de invalidar ou destruir o outro que é diferente.<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> Ideias de autoria da professora Dra. Tatiana Lionço, discutidas em seu seminário clínico “As Questões de Gênero e a Psicanálise” realizado em 2019.



#### 4. Construção Metodológica

O presente estudo foi realizado através de uma pesquisa qualitativa, a qual é definida por Minayo (2002) como viés de pesquisa que busca privilegiar o “mundo dos significados das ações e relações humanas” (p. 22). De modo geral, a investigação qualitativa se debruça sobre o universo de significações dos sujeitos, seus motivos, vivências, experiências, crenças, valores e atitudes, sabendo que essas categorias estão sempre alocadas em dado momento da história e da cultura. Isso significa dizer que “as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas. Vivem o presente marcado pelo passado e projetados para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído” (p. 13).

Desse modo, é possível dizer que o “objeto” de estudo da investigação qualitativa é possuidor de uma “consciência histórica”, pois não é somente a/o pesquisador/a que dá sentido ao trabalho intelectual que está realizando. Os indivíduos, grupos e sociedades também são significadores de suas ações, “na medida em que as estruturas sociais nada mais são que ações subjetivadas” (Minayo, 2002, p. 14). Além disso, é importante nos atentarmos para o que Minayo (2002) aponta como “identidade entre sujeito e objeto”, visto que ao se tratar da pesquisa qualitativa com pessoas, isto faz com que a/o pesquisador/a esteja implicada/o naquilo que está investigando, isto é, que se trata de dois sujeitos em interação, o sujeito-pesquisador e o sujeito-interlocutor (Alonso, 2016).

Dentre as metodologias qualitativas possíveis, optou-se pelo estudo de caso, o qual pode ser definido como “investigação cuja finalidade é descrever e analisar acontecimentos, agentes e situações complexos, com dimensões variáveis em interconexão” (Almeida, 2016, p. 61). O estudo de caso pode utilizar de diferentes técnicas de investigação, desde questionários fechados até observação-participante, grupos focais,

dentre outros. Pode ser direcionado à um caso único ou a múltiplos casos e pode assumir também um caráter exploratório, descritivo ou analítico, a depender dos objetivos da pesquisa (Almeida, 2016).

A proposta de utilização da estratégia de pesquisa qualitativa “estudo de caso” para o fim dessa pesquisa se justifica pelo seu caráter aprofundado, visto que busca investigar fenômenos atuais e em relação a um contexto específico. Também se mostra adequado aos objetivos de pesquisa anteriormente propostos, já que se trata de um fenômeno complexo e que possui atravessamentos teóricos que podem ser melhores investigados através da estratégia escolhida (Almeida, 2016). A delimitação do caso analisado se deu pela proposta inicial de entrevistar “mulheres trans” de “coletivas do Distrito Federal”, o que se configura pela definição das participantes em um espaço e tempo específicos. Não obstante, em vista do período disponível para realização da pesquisa de campo, optou-se pela escolha das participantes por conveniência, sendo que três delas compõem uma coletiva Trans do Distrito Federal e duas não são vinculadas à nenhum grupo formal de luta política.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, com o intuito de mapear os modos que cada participante percebe e significa sua realidade (Duarte, 2003). Este recurso se utiliza de um roteiro de perguntas previamente elaborado e tem como objetivo principal nortear o contato com as/os interlocutoras/es da pesquisa. Ainda que haja a presença de um roteiro, a entrevista semi-estruturada permite uma maior flexibilidade, pois é livre para a inclusão de questões não-previstas (Lima, 2016).

Em paralelo às entrevistas, foi proposta a realização de observações-participante inspiradas no método etnográfico. Com isso, pretendia-se ir além da observação, o que implica em um “fazer em conjunto” com os/as interlocutores/as (Bizerril, 2004). A utilização desse recurso para o fim desta pesquisa se traduzia na participação, à medida que

for possível, dos eventos aos quais os coletivas estariam presentes, ancorando-se, principalmente, na ideia de que participar das ações do coletivo seria uma forma de observar outras dimensões que não apenas a fala, mas as ações e interações. Em contrapartida, ao longo da pesquisa de campo, verificou-se que não seria possível a realização das observações-participante, levando em consideração o tempo disponível para a entrada em campo e de finalização da pesquisa. Além disso, os espaços em que tivemos acesso às participantes não se configuraram, como planejado inicialmente, a partir de coletivas Trans ou grupos formais de luta política, o que acabou resultando na adaptação do roteiro previsto de modo conveniente para sua realização.

#### **4.1. Participantes**

Participaram da pesquisa pessoas que se identificam como mulheres transexuais e/ou travestis de coletivas Trans do Distrito Federal. Ressalta-se que o anonimato das participantes foi devidamente preservado.

#### **4.2. Materiais e Instrumentos**

Foi utilizado gravador de áudio de smartphone durante as entrevistas, no intuito de possibilitar maior preservação dos discursos das participantes, além da facilitação do acesso posterior às informações (Alves & Silva, 1992). Ademais, foram entregues a cada participante os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE<sup>22</sup>.

#### **4.3. Procedimentos de Construção de Informações**

A pesquisa foi realizada em cinco etapas. Inicialmente, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, para avaliação dos critérios éticos referentes à realização desse estudo (CAAE:

---

<sup>22</sup> Apêndice A.

19733019.0.0000.0023).

Em seguida, foi realizada uma revisão da literatura em convergência aos objetivos propostos. Foram enfatizadas as seguintes temáticas: discussão crítica do conceito de gênero ao longo da teoria feminista; revisão de conceitos psicanalíticos úteis ao propósito da pesquisa, como angústia, desamparo, instâncias psíquicas etc.; patologização das identidades trans e trajetórias escolares; gênero e violências; óticas teóricas das ciências sociais e da psicologia sobre a temática estudada.

A terceira etapa foi realizada em paralelo ao levantamento bibliográfico do tema estudado e consiste na construção do roteiro de entrevista semi-estruturada. Durante essa etapa também foram feitos contatos exploratórios com militantes das coletivas Trans.

A coleta e sistematização das informações consistiu na quarta etapa desta seção, na qual foi realizada a entrada em campo. Foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas em um período de três semanas. Em relação aos encontros, ressalta-se que se deram em locais de escolha das participantes, em horário viável. Durante as entrevistas, foi apresentado o TCLE — Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, indicando, principalmente, o protocolo de sigilo. Foi solicitado a cada uma delas que as entrevistas fossem gravadas e com o devido consentimento, deu-se início à entrevista. Inicialmente, pediu-se que cada uma delas informasse seu nome, idade e a cidade em que nasceu para, em seguida, serem feitas as perguntas propostas no roteiro semi-estruturado.<sup>23</sup>

Ressalta-se que foi solicitado a cada uma das participantes que informasse o nome fictício que gostaria que fosse utilizado e seu motivo. Dentre as cinco, apenas uma informou o nome fictício de sua preferência, sendo concedido pelas outras participantes que seus nomes reais fossem utilizados na pesquisa, como apresentados na tabela abaixo.

---

<sup>23</sup> Consultar Anexo A.

Tabela 1.  
*Informações gerais sobre as participantes.*

	<b>Sabrina</b>	<b>Daniela</b>	<b>Sylvia</b>	<b>Samanta</b>	<b>Luiza</b>
<b>Idade</b>	40	27	26	27	27
<b>Naturalidade</b>	Distrito Federal	Distrito Federal	São Paulo	Distrito Federal	Maranhão
<b>Escolaridade</b>	Superior Incompleto	Superior Completo	Superior Completo	Superior Completo	Médio Incompleto
<b>Ocupação</b>	Servidora Pública	Assistente Social	Assistente Social	—	Educadora Social

A quinta etapa foi reservada para a análise das informações através da análise de conteúdo, tal qual é descrita na seção a seguir.

#### **4.4. Procedimentos de Análise das Informações**

Para a análise das informações construídas, foi utilizado o método de análise de conteúdo temática, a qual é definida por Bardin (2016) como “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (p. 44), sendo essas mensagens os discursos produzidos pelas/os interlocutoras/es da pesquisa. Segundo Gomes (2002), a análise de conteúdo se propõe a investigar o que se encontra velado ou o que está por trás dos conteúdos manifestos, permitindo que esses conteúdos sejam analisados através do referencial teórico ao qual a pesquisa se apoia.

Para tanto, foram construídas categorias de análise para a investigação dos resultados, no intuito de facilitar a análise das informações. Como salientado por Gomes (2002), “as categorias são empregadas para se estabelecer classificações. (...) trabalhar com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito” (p. 70).

Esses conceitos têm como objetivo agrupar falas de diferentes participantes em categorias específicas, através das quais serão analisadas e discutidas as informações construídas.

Os encontros realizados deram origem a 84 páginas de transcrições, as quais tiveram seu conteúdo pré-analisado através de uma leitura flutuante das informações transcritas na íntegra. A seguir, foram construídas as categorias temáticas em conjunto pela pesquisadora e orientador, respeitando-se os objetivos da pesquisa e a revisão teórica realizada (Câmara, 2013), a saber: 1) *Eu tinha medo que as pessoas percebessem quem eu era*: o “cistema” regulador dos corpos; 2) *Eu comecei a sentir culpa por ser quem eu era*: a rede de exclusão dos corpos trans e 3) *Minha existência como mulher trans é política*: estratégias de enfrentamento da transfobia.

## 5. Construção das Informações

*O primeiro obstáculo que a gente encontra na vida mesmo, desde que você se assume quem você é, de fato, é com a família, né. Seu primeiro obstáculo é a família. A tua família te expulsa de casa, a tua família te tira da escola, enfim. E aí, imagina, nesse país uma pessoa que não tem nenhuma estrutura familiar, que não conseguiu estudar, imagina que futuro essa pessoa vai ter. Então, a trajetória de vida de uma travesti, de uma transexual, é a sobrevivência. Ela tá a todo tempo tentando sobreviver. Exatamente por essas questões estruturais, de ter sempre que tá correndo atrás e correndo atrás, mesmo sem saber pra onde, sabe? Sabe, correndo sem saber pra onde. (...) e aí, como foi expulsa de casa, não estudou, não tem acesso ao mercado de trabalho, não tem acesso à saúde, porque se você chega num hospital você é tratada da pior maneira possível, então nós não temos acesso à saúde, nós não temos acesso ao mercado de trabalho e depois quando queremos e quando podemos voltar pra escola também não temos condições pra isso. E aí, que que resta? Que que sobra? Que que sobra pra uma travesti? Que que sobra pra uma mulher trans? Sobra nada. Sobra nada. Sobra a margem da sociedade, que é pra onde nós somos jogadas diariamente (Luiza).*

É com esse trecho que escolho apresentar a discussão das informações construídas com as interlocutoras, visto que ele não só nos revela um pouco dos conteúdos manifestos durante os encontros, mas escancara uma verdade doída e difícil de ser digerida. Logo no início de nosso diálogo, Luiza me endereça uma pergunta: *Que que sobra pra uma travesti?* E em seguida responde: *Sobra nada. Sobra a margem da sociedade.* Quero chamar atenção, além desse trecho, para dois momentos da fala da interlocutora, quando ela nos convoca a compreender que *a trajetória de vida de uma travesti, de uma*

*transexual, é a sobrevivência.* De modo similar, o mesmo sistema que de maneira forçosa, obriga-lhe a viver como animal acuado, empurra seus corpos em direção à *margem*, ao resto. O que sobra, afinal? Luiza responde, convicta: *Sobra nada.*

Ainda que os corpos trans sejam oferecidos de forma sistemática à esse resto ao qual Luiza se refere, parecendo não lhes sobrar nada no mundo, todas as participantes foram categóricas em afirmar o potencial que há na resistência, seja ao levantarem suas palavras e bandeiras diante de situações de discriminação, seja conversando a respeito de suas próprias vivências e situações de vulnerabilidade ou até mesmo convocando aqueles/as que não vivenciam a transfobia para encararem esse fenômeno. Parece que mesmo diante da exclusão, são encontradas novas formas de se reinventar e se afirmar em um mundo onde a diferença é demonizada. Não posso, diante disso, furtar-me o comentário de que as entrevistas se desdobraram em momentos de intenso aprendizado e admiração.

No que se refere aos encontros com Luiza, Sabrina, Sylvia, Daniela e Samanta<sup>24</sup>, é possível dizer que foram momentos em que pude “mergulhar” em vivências que por mais distintas que se mostrassem, assemelhavam-se na forma como elas discorriam a respeito de suas trajetórias. Em diversos momentos anteriores à realização dos convites de participação da pesquisa, senti que enfrentaria desafios por meu local de fala, até o presente momento, ser o de uma mulher cisgênero, ainda que da comunidade LGBTQIA. Para minha grande surpresa, os convites foram recebidos de forma solícita por todas, cujos encontros tiveram impacto intenso em minha própria trajetória e, portanto, para além da pesquisa realizada.

Dando continuidade ao nosso percurso, serão apresentados a seguir os momentos mais significativos das entrevistas, de acordo com as categorias de análise descritas anteriormente. Para darmos início a esse percurso de análise, serão discutidas questões

---

<sup>24</sup> Alguns nomes são fictícios, enquanto outros foram mantidos com a devida permissão das participantes.



condizentes às violências que atravessam os corpos trans por meio de sua regulação, tendo em vista discussões a respeito da passabilidade e do binário de gênero.

### **5.1. *Eu tinha medo que as pessoas percebessem quem eu era: o “cistema” regulador dos corpos***

Imagine que você, leitor/a, está no ônibus, em um parque ou em qualquer lugar de seu cotidiano. Imagine que nesse lugar há pessoas. Observe-as. O que pode dizer a respeito delas? Qual a primeira informação sobre sua leitura visual? Descreva. Antes de qualquer outra percepção, muitos/as dariam início à sua descrição relatando aquilo que extraem dos corpos que veem: homem; mulher. Parece que a primeira categoria descritiva que nos irrompe está relacionada ao binário de gênero, seja para descrever aos outros, seja para descrever a nós mesmos/as. É possível dizer, dessa forma, que aprendemos a ler os corpos, seu conjunto de atos e a todos os outros elementos culturais que os constituem: cores, roupas, objetos, dentre outros (Louro, 2004; Bento, 2011).

O que não nos damos conta, relata Sylvia, é que *“a gente faz essa leitura da identidade de gênero das pessoas não pelo o que elas falam para a gente, mas pelo o que a gente vê nelas”*. Não basta, ainda, ter um corpo, pois esse corpo precisa ser inteligível em relação à norma. É preciso atender às exigências do binário de gênero e aquelas pessoas que fogem à essa lógica ‘não são dignas de direitos’, de acordo com esse sistema. Diante dessa exigência, resta às mulheres trans e travestis adequarem seus corpos ao que é esperado pela sociedade, visto que qualquer forma de contestação dessa regulação se configura como ameaça ao controle do saber e da disciplina<sup>25</sup> exercidos diante dos corpos (Butler, 1990/2017; Lima & Vorcaro, 2017; Jesus, 2013). Sylvia continua:

---

<sup>25</sup> É imprescindível que o debate a respeito da disciplina enquanto instrumento de poder e dos saberes que atuam sobre os corpos nos remetam às discussões realizadas por Foucault. Em vista disso, esses conceitos serão melhor explorados adiante.

*Pra que as pessoas me vissem da mesma forma que... na verdade, não da mesma forma, porque isso nunca vai acontecer, mas pra que as pessoas me vissem de uma forma contrária ao que elas estavam vendo naquele momento eu precisaria externar a minha identidade de gênero de uma forma inteligível para a cisnorma. (...) a gente chama no movimento trans de **cistema** com “c”, que é o sistema das pessoas cis.*

O “cistema” ao qual ela se refere, engloba, portanto, o conjunto de regras sociais que buscam “ler” os corpos e classificá-los enquanto passáveis ou não passáveis. Mais à frente, Sylvia relata que *“a passabilidade é um horizonte que muitas pessoas trans não vão acessar e é muito injusto e muito cruel que as pessoas trans tenham como resultado da sua transição a passabilidade”*. Para ela, a questão da passabilidade deve ser vista sempre de forma crítica, ainda que, por um lado, ela reconheça que ser passável é, muitas vezes, uma forma de sobreviver em uma sociedade sexista e patriarcal (Bento, 2017): *“a gente precisa ser inteligível para que a gente pare de sofrer violências cotidianas no sentido de chamarem a gente de “ele”, quando a gente é “ela” ou vice-versa.”* Dessa forma, essas mulheres se veem diante da necessidade de “apagar” as marcas corporais que denunciam sua transgeneridade, mediante a estranheza e o incômodo do sistema cisnormativo.

Sylvia dá continuidade, exemplificando, ainda, que exigir que um corpo trans ou travesti seja passável é como dizer que uma pessoa negra só será aceita quando todos os símbolos de negritude que ela carrega em seu corpo forem invisibilizados. Ela aponta, ainda, uma contradição oriunda da passabilidade: *“a gente tem que ceder ao sistema que nos mata, ao sistema que nos faz odiar os nossos corpos, ao sistema que nos faz ficar sozinhas pra gente ter bem estar e é muito contraditório”*. Ora, o mesmo processo que mulheres trans e travestis veem como única forma de se inserir, de serem reconhecidas e

mais do que isso, poderem existir é, também, assujeitar-se ao sistema que as marginalizam. Para existir, lhes é dada uma saída violenta: ceder ao que lhes oprime e adequar seus corpos ao padrão exigido.

A partir da palavra ‘cistema’ que Sylvia evidencia, é possível formularmos uma breve reflexão a respeito do próprio sistema em que estamos inseridos/as, organizado em volta do capital. É possível afirmar que é próprio do sistema econômico-político em que vivemos a divisão social entre grupos, orquestrada de forma desigual. Desse modo, o que ocorre é uma seleção de corpos úteis e exclusão daqueles que não se encaixam dentro dos moldes desejáveis. Žižek (2014) vai chamar esse processo de ‘violência sistêmica’, a partir do qual aqueles grupos destoantes dos padrões exigidos serão marginalizados. Para o autor, esse tipo de violência é “própria às condições sociais do capitalismo global, que implica a criação “automática” de indivíduos excluídos e dispensáveis” (Žižek, 2014, p. 26).

Ainda, destaca-se que o que fora mencionado não deixa de se caracterizar como um ‘cistema’, visto que uma das estratégias de controle utilizadas pelo capitalismo foi a demarcação social do binário de gênero através das diferenças físicas entre homens e mulheres, o que teve como resultado a naturalização de discursos essencialistas a respeito do gênero e a segregação do feminino (Zanello, 2018).

Quando analisada de perto, a passabilidade nos remete não só ao ser passável diante de algo ou alguém, mas ao ‘deixar passar’, visto que para ser considerado/a passável é preciso que um/a terceiro/a, um outro, considere-me próximo/a ao idealizado socialmente. É importante destacar, portanto, que ‘ser passável’ para a cisnorma é uma espécie de ‘assemelhar-se’ ao considerado ‘natural’, visto que nessa lógica o corpo trans não é visto da mesma forma que um corpo cis. A exemplo disso, é comum ouvir pessoas falarem ‘até parece mulher’ ou ‘nem parece trans’, como forma de demarcar a diferença naquele corpo,

ainda que se assemelhe ao ideal hegemônico. Em relação a isso, Daniela relata que no caso de mulheres trans e travestis, a feminilidade esperada muitas vezes ultrapassa o que é exigido de corpos cis. Ainda que, para ela, caracterize-se como um processo perverso, à medida que exigem mais e mais procedimentos cirúrgicos e, em contrapartida, não lhes é dada a oportunidade de emprego; ocupar um lugar de visibilidade social se caracteriza, para ela, como forma de empoderamento, mesmo que sejam reproduzidos padrões de gênero:

*Acho que as pessoas trans é que vieram para quebrar isso, porque por mais que (...) reproduza esses estereótipos, ainda sim tá na questão de corpo político. (...) eu namoro com um militar e eu reproduzo todos os estereótipos (...) uma mulher alta, magra, malhada, de pele clara, de cabelo loiro e ainda assim, por ser trans e estar naquele espaço, é um empoderamento, ele mora no setor militar e eu sou convidada para estar com eles nas comemorações, então por mais que eu reproduza esses estereótipos, né, enquanto leitura de gênero, ainda assim é um empoderamento muito grande.*

Em contrapartida, ainda que estar inserida em locais de reconhecimento possa se caracterizar como algo positivo, é importante nos questionarmos em que medida essa exigência da passabilidade não é geradora de mais sofrimento e exclusão para aquelas cujos corpos são considerados menos ‘passáveis’ e por este motivo estão sujeitas a olhares hostis e discriminações, além de se encontrarem em situações de maior vulnerabilidade (Jesus, 2013; Bento, 2017), como exemplificado pelo trecho a seguir:

*Sylvia: É muito mais fácil as pessoas me compreenderem ali no meio delas do que elas compreenderem uma menina trans ou travesti com o corpo todo bombado pra*

*ser vendível pra prostituição, é muito mais fácil as pessoas me aceitarem e conviverem comigo do que conviverem com as minhas amigas prostitutas, entendeu?*

Assim, ao mesmo tempo em que a passabilidade confere certa segurança para aquelas pessoas que a alcançam, isso ainda não exime esses corpos de possíveis violências e discriminações, conforme relata Sylvia: “*a partir do momento que as pessoas sabem ‘Ah, ela parece uma mulher’, mas ela não é. Ai acabou, acabou o mundo de fantasia, a ilusão, bem estar, acabou, então você vê que é muito uma ilusão que nos seduz*”.

Diante disso, é possível afirmar que as formas de se expressar através do gênero são configuradas a partir de um enraizamento social e histórico, uma vez que a identidade de gênero é considerada pré-existente aos corpos e deduzida simplesmente pelo julgamento que fazemos destes (Jesus, 2013). Nesse meandro, Bento (2008; 2011) aponta que o corpo só vai adquirir certa inteligibilidade quando este é nomeado pelo sexo que é indicado antes do nascimento. É desse momento em diante que a criança, ao nascer, irá se deparar com um conjunto de expectativas e roteiros a serem seguidos e afirmados compulsoriamente, em função de possuir um pênis ou uma vagina.

Ainda que esse processo de controle por meio do binário de gênero se dê de forma minuciosa, a autora assinala que “há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis e, ao fazê-lo, se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero, ao mesmo tempo revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas” (Bento, 2011, p. 551), como explicitado pelo trecho abaixo:

*Samanta: Sempre fui mais voltada pro lado feminino, questões de brincadeiras, coisas assim que acabou fazendo com que eu fosse uma criança solitária. Não só por*

*isso, eu era esquisita também, então eu fui uma criança bem solitária que não se encaixava no padrão masculino, minha família achava isso muito esquisito, minha mãe não se importava. Ela deixava, por exemplo, eu brincar com o que eu bem entendesse brincar, desde que fosse um brinquedo de criança (...) mas o resto da família não, eles achavam que, por exemplo, que brincar de boneca enquanto criança seria fazer de mim um menino gay e isso era a pior coisa do mundo.*

Nesse processo de naturalização da ‘divisão entre os sexos’, não são levadas em conta as diversas possibilidades de tornar-se mulher, homem ou outras categorias fora desse espectro. Em outras palavras, não há espaço para se questionar essa lógica e discutir que não se trata de um processo meramente solidificado na história e no tempo (Butler, 1990/2017). Em relação a isso, Sylvia aponta a importância de ter entrado em contato com a teoria feminista e os estudos de gênero, os quais lhe possibilitaram melhor compreensão a respeito de si ao perceber que não havia apenas uma forma premeditada e dicotômica de existência, dada pela sociedade como única maneira viável de se inserir no mundo.

*Sylvia: Eu acho que foi desse jeito que eu consegui me entender enquanto uma mulher e saber que eu poderia ser uma mulher nessa sociedade, uma mulher tipo dissidente de gênero, né, uma mulher que não tá, é... Não condiz com o que o patriarcado quer que a gente seja, né, e foi só aí que eu entendi que, tá, **eu posso ser uma mulher**, porque se fosse para ser uma mulher do jeito que o patriarcado quer, aí eu acho que, eu não vou dizer que eu não teria transicionado, mas eu não sei se eu estaria viva, **porque eu não estaria conseguindo viver do jeito que eu tava**, não ia conseguir ver uma esperança no futuro, então assim, não sei o que teria acontecido.*

No que se refere a esse mesmo processo de aniquilação dos gestos e performances que fogem à disciplina normatizadora do gênero, Sabrina relata que até os seus 20 anos era preferível evitar conversar com outras pessoas. Até mesmo os ambientes que frequentava eram restritos a sua residência e a escola: *“eu tinha muito medo de gente, porque eu tinha medo que as pessoas percebessem quem eu era. E eu tinha uma postura rígida por quê? Justamente por causa desse medo que as pessoas percebessem quem eu efetivamente era”*.

O medo do ‘ser descoberta’ revela uma insegurança constante diante da incerteza acerca da aceitação dentro da rede em que a pessoa trans e travesti se insere. Não se sabe, de antemão, em quais espaços haverá alguma abertura para que esses corpos os habitem sem medo de serem alvo de algum tipo de discriminação, piadas ou, em última instância, agressões físicas. Sabe-se, até aqui, que a forma como se estruturam as identidades e os espaços sociais não se organiza em torno daquelas pessoas que podem vir a não se nomear pelas categorias já existentes. Isso, somado às tentativas constantes de aniquilação das subjetividades que se caracterizam de modo diferente, resultam na exclusão de mulheres trans e travestis desse léxico de poder (Bento, 2008). É preciso, ainda, somar à essa ideia o apontamento feito por Bento (2017) no que se refere a maior vulnerabilidade de mulheres trans e travestis, dado que é descrito na introdução dessa pesquisa ao se evidenciar que há um número elevado de assassinatos desse grupo em detrimento de outros.

De acordo com a autora, em se tratando de assassinatos de mulheres trans e travestis, é necessário se atentar aos fatores de gênero envolvidos no ato. Ela exemplifica que sendo as mulheres cis usualmente “identificadas como o gênero vulnerável, inferiorizado, quando os sujeitos negam o gênero de origem e passam a demandar o reconhecimento social como membro do gênero desqualificado, desvalorizado (o gênero feminino), teremos como resultado uma repulsa total às suas existências” (Bento, 2017, p. 60). Em consonância com essa ideia, Luiza aponta que:

*Querendo ou não, quando você tem uma (...) uma expressão masculina, você tem muitos privilégios e isso (...) é incontestável, né, e aí você sai do masculino e vai para o feminino. Imagina, você sai do meio de privilégios (...) e do nada (...) você assume quem você é de verdade e você de repente não tem mais nada.*

Em outras palavras, ao abandonar o lugar privilegiado pelo patriarcado enquanto ‘masculino’, rejeita-se a ideia biológica determinante referente aos discursos e saberes atribuídos ao gênero, refutando sua incontestabilidade. Além disso, o lugar outrora privilegiado é agora substituído pela identificação com aquilo que é desvalorizado e inferiorizado socialmente, isto é, o feminino (Serra, 2019). Com isso, como bem descrito por Bento (2017, p. 60), “o feminino que seus corpos encarnam é uma impossibilidade existencial e a relação que se estabelece com eles é de abjeção”. Isso explicaria o porquê das mulheres trans e travestis serem alvo principal de crimes de ódio, além de nos responder o motivo desses crimes serem realizados por homens em sua grande maioria.

Com isso em mente, podemos prosseguir para a análise das diversas redes que constituem o *cistema*, no intuito de compreender seus mecanismos de exclusão.

## ***5.2. Eu comecei a sentir culpa por ser quem eu era: a rede de exclusão dos corpos trans***

No Brasil, pessoas trans e travestis são excluídas diariamente, não obtendo acesso aos direitos civis básicos ou ao reconhecimento de suas identidades. O reconhecimento do nome social, uso do banheiro, acesso à saúde, educação, ambiente laboral e até mesmo o direito à vida são, ainda, dificilmente alcançados por essas pessoas em geral e quando o são, desdobram-se em meio ao desgaste físico e emocional (Jesus, 2013).



Peres (2009) faz uso do termo “rede de exclusão” para se referir às diversas formas de exclusão que são vivenciadas por pessoas trans e travestis, como a exclusão/expulsão do núcleo familiar, do contexto escolar, a exclusão econômica e de direitos, as quais acarretam em uma total marginalização dessas pessoas, impossibilitando-as de exercer sua cidadania e ocupar espaços sociais. Desse modo, “a violência à qual essas pessoas são expostas, gerada pelas forças sociais, com seus operadores morais, cientificistas e legalistas, vai produzindo diversas e intensas formas de opressão, evidenciando a desigualdade social, sexual e de gênero” (p. 118) intensificadas cada vez mais por fatores sociais diversos.

O autor aponta que à medida que uma pessoa manifesta sua identidade de gênero ou sua orientação sexual de modo não condizente com a norma, mais estigmatizada e desvalorizada ela se torna diante de determinados grupos e instituições sociais. Essas violências e exclusões se intensificam ainda mais quando se trata de uma pessoa que além de ser trans ou travesti, é pobre, negra e não teve a oportunidade de concluir sua educação (Peres, 2009). No que se refere à essa rede de intensificação da violência, Luiza relata:

*Eu sou negra, moro na favela, não tenho nem sequer o nível médio de ensino, não tenho muita saúde, logo, eu não tenho moradia própria, logo eu não tenho uma estrutura financeira que, por exemplo, muitas outras meninas trans tem, então não tem como, por exemplo, eu dizer que uma pessoa que conseguiu fazer um nível superior, que tem um emprego melhor, que é branca, que é de classe média alta ou que apenas é de classe média... Não tem como eu dizer que mesmo sendo eu e ela trans... Não tem como dizer que nós sofremos as mesmas violências.*

Das cinco entrevistadas, apenas Luiza se declarou negra. Ao longo de sua fala, percebeu-se relatos intensos de situações de maior vulnerabilidade e violência, os quais não

surgiram com tanta frequência nas falas das demais participantes. Com isso, não se pretende negar ou invisibilizar a violência sofrida por todas elas, mas chamar atenção para outros fenômenos, como o racismo e o preconceito de classe social, que influenciam de forma interseccional a transfobia e tem, como resultado, graus de marginalização baseados na identidade de gênero, na sexualidade, cor da pele, dentre outras. De acordo com essa ‘pirâmide’ excludente, uma mulher trans/travesti, negra, periférica, lésbica e pouco passável estará muito mais suscetível às diversas formas de violência do que uma mulher trans branca, de classe média e heterossexual.

No que se refere ao contexto escolar, Bento (2011) chama nossa atenção para o fenômeno da evasão escolar, o qual muitas vezes mascara fenômenos de cunho preconceituoso e discriminatório, como a homofobia e a transfobia. No que se refere à transfobia, ela aponta que os corpos trans e travestis não são passíveis de serem pensados de forma inteligível nos espaços em que se inscrevem, configurando-se como abjetos e, conseqüentemente, sendo excluídos. Para ela, a escola se configura, muitas vezes, como um desses espaços reprodutores de padrões normativos e de preconceitos, onde parece haver “um desejo de eliminar e excluir aqueles/as que ‘contaminam’ o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão”, segundo a autora (Bento, 2011, p. 555, grifos nossos). Por esse motivo, a evasão escolar deve ser encarada levando em consideração essas variáveis de intolerância que atravessam o contexto educacional.

No que se refere à sua trajetória enquanto mulher trans, Sabrina cita diversas instituições que contribuem com a exclusão da diferença, sendo uma delas a escola. Ela comenta que “*o ambiente escolar é muito excludente (...) para várias pessoas*”. A exclusão, relatada por ela, está sempre atrelada à alteridade, ao que não se ajusta às normas escolares. É uma tarefa árdua, inclusive, pensar a diferença em um ambiente no qual a

forma como se organizam as carteiras, o modo como se vestem os/as alunos/as, como se avaliam aprendizagens e o que se espera destes sujeitos se revela como uma tentativa de aniquilamento da alteridade por meio da padronização de formas de pensar e de agir (Louro 2003). Ou, como afirma Foucault (1999), na docilização dos corpos<sup>26</sup> por meio da disciplina.

*Sabrina: A instituição proíbe você é de ir no banheiro que você se identifica, o professor pode se negar de tratar pelo seu nome social, e aí os alunos em volta veem essa atitude da escola e se acham legitimados a destratar também, então muitas meninas trans que se assumem muito cedo não tem essa oportunidade de terminar os estudos.*

Com isso em mente, sugiro que imaginemos a seguinte situação: uma pessoa que se identifica enquanto trans ou travesti tenta se afirmar no mundo, seu nome, seu desejo de utilizar determinado banheiro, sua forma de se vestir. Nos corredores da escola, os olhares e piadas hostis lhe assombram, a violência lhe atravessa sem que ninguém perceba. Todos os dias lhe é dito que sua existência é um pecado, suja e monstruosa. Ao pedir ajuda, faz-se o silêncio diante de seu sofrimento. É comum, ainda, que os olhos se fechem coletivamente diante das agressões psicológicas, físicas e morais sofridas nesse ambiente. Não se fala, não se comenta. Naturaliza-se a desumanização dos corpos trans por meio do silenciamento, de modo que aqueles/as que carregam as marcas de um corpo ‘fora da normalidade’ passam a

---

<sup>26</sup> Foucault usa este conceito para abordar a sociedade disciplinar capitalista moderna, na qual a escola, segundo o autor, é uma instituição de confinamento moderna que opera esta lógica de reprodução da disciplina. No entanto, podemos estender o uso do conceito ao modo de produção das subjetividades no ambiente escolar tradicional que opera, por um lado, um confinamento da sociedade englobante, e um reforço das normas culturais hegemônicas mais proeminentes na sociedade, como é o caso da heteronormatividade e do binarismo de gênero, que se tornam norma dentro desta instituição de modos sub-reptícios.

se sentir culpados/as por carregá-las (Madureira & Branco, 2007),<sup>27</sup> como elucidado por Samanta durante nosso diálogo. Ela relata: “*eu comecei a sentir culpa por ser quem eu era*”.

Esse atravessamento de violências têm, por meio de sua repetição nos mais diversos espaços sociais, impacto na saúde mental de mulheres trans e travestis, as quais começam a se ver silenciadas e impossibilitadas de ocupar algum lugar no mundo. A situação de vulnerabilidade às várias formas de violência, sejam elas simbólicas, físicas ou psicológicas são, muitas vezes, pivô para o desenvolvimento de depressão e ansiedade.

*Daniela: Mas claro que eu passei muito preconceito na escola, é... Eu tive quadro de depressão, eu acho que sempre tive depressão, desde criança, mas a transexualidade, ela potencializa a depressão, acho que em todos os estágios da vida, acho que em todas as áreas da vida, então eu acho que o ensino médio, ele teve um... Alguns momentos de muito isolamento, mas acho que por conta da depressão que era potencializada pelos fatores sociais enquanto mulher, mulher trans.*

Outro ponto amplamente relatado nos encontros foi a questão do acesso à saúde e dos constrangimentos vivenciados pelas participantes ao buscar consultas médicas. Em relação a isso, é possível dizer que além de pessoas trans se encontrarem em situações preocupantes de vulnerabilidade, em função, principalmente, aos agravos em relação à saúde mental, como relatado anteriormente, o acesso à saúde é exponencialmente prejudicado pelas inúmeras situações de discriminação e humilhação vivenciadas nas instituições de atenção e cuidado (Monteiro, Brigeiro & Barbosa, 2019; Monteiro &

---

<sup>27</sup> Apesar de no artigo *Identidades Sexuais Não-hegemônicas: Processos Identitários e Estratégias para Lidar com o Preconceito* as autoras não fazerem referência às identidades trans e travesti, foi adaptada a discussão acerca dos impactos da homofobia internalizada como geradora de culpa nos sujeitos.

Brigeiro, 2019). É comum que mulheres trans e travestis recorram à evitação desses ambientes, sabendo que poderão enfrentar situações desconfortáveis, seja pela humilhação recorrente da não utilização do nome social por funcionários/as do serviço ou diante da possibilidade de exposição de seus corpos no que diz respeito a alguns exames médicos.

Sylvia comenta, por exemplo, que estava indo para o trabalho enquanto ouvia a campanha do Outubro Rosa, quando se deu conta que apesar de ser militante trans e discutir sobre questões relacionadas ao acesso à saúde, costuma evitar locais fora do ambulatório trans que a façam se sentir exposta à possíveis vulnerabilidades.

*É óbvio que eu já tinha pensado nisso, eu pensei nisso a primeira vez que o endócrino do ambulatório me receitou, só que eu nunca fui. Por quê? Porque a mamografia eu não vou fazer no ambulatório trans, eu vou ter que fazer em outra instituição, né, seja do SUS ou seja do sistema privado, e eu não estou disposta, saca? Se um dia eu precisasse, precisasse não, porque em algum momento eu vou precisar, se é que hoje eu não preciso, mas qualquer especialidade médica que tenha a ver com a minha genitália etc., eu não vou, entendeu?*

De modo similar, Samanta e Luiza relatam situações em que ainda não haviam retificado seus documentos e que se sentiram acuadas diante do constrangimento de serem chamadas pelo nome antigo ao aguardarem por atendimento em instituições de saúde.

*Samanta: Teve uma vez específica em 2017 que eu tava com uma alergia (...) de um dia para o outro meu olho ficou bem inchado e minha boca ficou muito inchada também (...) aí eu fui nesse hospital e aí eu fui com a minha mãe e (...) quando eu fui entregar os meus documentos eu falei 'Olha, eu sou mulher trans, o nome que tá aqui*

*é esse, mas eu queria saber se vocês podem me chamar pelo meu outro nome social' e aí a mulher olhou para o meu documento e falou 'Não, o seu nome é esse e é por esse nome que a gente vai te chamar, esse nome que tá aqui no seu RG'.*

*Luiza: Imagina, você tá no hospital e aí você tá doente, você precisa de uma consulta e seu nome é fulano e chega lá o médico tá na porta, aquele monte de gente te olhando e te chamam no masculino. Imagina que vergonha. Quantas vezes isso aconteceu e eu simplesmente me levantei e fui embora, não fiquei para consulta, fingia que não era comigo e depois que o médico entrava para falar com outro paciente ia embora constrangida, com vergonha, com medo, sabe?*

Franco e Cicillini (2015) destacam que em relação às trajetórias de mulheres trans e travestis no mercado de trabalho, uma batalha diária é travada com as diversas imposições heteronormativas sofridas desde a educação básica e que se materializam, inclusive, na entrada no ensino superior e posteriormente, ao buscarem empregos formais. Em decorrência das múltiplas vulnerabilidades às quais estão expostas, a prostituição acaba sendo o único horizonte viável para a sobrevivência dessas pessoas, o que tem como consequência a intensificação desse quadro de marginalização (Carvalho, 2018).

Em relação a essas afirmativas, Luiza observa que mesmo quando pessoas do segmento TTT têm acesso ao ensino superior, ainda assim não lhe são oferecidas oportunidades de emprego formal e muitas delas acabam recorrendo à prostituição como fonte de renda. *“Eu conheço meninas (...) que tem nível superior, inclusive, e estão na prostituição porque elas até conseguem cursar um nível superior e tal, mas quando chega no mercado de trabalho, e aí, cadê? Não tem vaga”*. Diante disso, é preciso pensar em que medida são, de fato, ofertados caminhos para a inserção dessa população nos espaços sociais de educação e trabalho ou se, na verdade, essas estratégias não são pensadas

levando em consideração as demandas de seu público alvo. Em relação a isso, Samanta aponta que apesar de existirem iniciativas com o objetivo de inserção de pessoas trans e travestis no mercado de trabalho, ainda são medidas intensamente precarizadas.

*Acho que foi a C&A que há pouco tempo estava anunciando que estava contratando pessoas trans. Eu conheço pessoas trans que foram lá se candidatar e é inviável porque o salário era muito baixo, o horário que era para elas trabalharem era o horário que ficava inviável conseguir um outro emprego (...) quem tem que pagar um aluguel, que no caso é a maioria porque a maioria é expulsa de casa (...) por exemplo, não dá para trabalhar na C&A porque ela impede que a pessoa arrume um outro tipo de fonte de trabalho e às vezes impede até quem precisa fazer programa, que é o caso de muitas.*

Cabe ressaltar que Sylvia aponta para esse processo como precarização das vidas trans e travestis, no sentido de que apenas estar vinculada ao mercado de trabalho não é o suficiente, visto que outras oportunidades necessárias ao bem estar desses sujeitos não são ofertadas, como saúde, moradia e outras formas de inserção social.

*Sylvia: Não adianta essas pessoas terem um emprego se essas pessoas não têm condição de comprar um remédio, entendeu? Pra cuidarem da sua saúde mental, que muitas vezes precisa ir no médico, é... Não adianta elas terem acesso ao emprego e não terem, velho, um local para morar, onde elas consigam chegar cansadas do trabalho que nem todo mundo e descansar, assim, é uma precarização tão bizarra, assim, não adianta elas terem um emprego e elas (...) se sentirem sozinhas e não verem sentido na vida, sabe, é... De só terem pessoas que querem usar os corpos*

*delas e deles e depois pronto, as pessoas seguem a vida e eles ficam ali, então, é muito complicado, assim, como que a gente vai mudar isso, né?*

Além disso, os espaços físicos citados anteriormente como protagonistas das redes de exclusão dos corpos trans e travestis, tais como a escola, o ambiente organizacional, de lazer e até mesmo o núcleo familiar são, muitas vezes, encarados como potencializadores do medo latente diante das estatísticas de mortes por crimes transfóbicos e da violência estruturante que atravessa nossa sociedade. Diante da pergunta “Levando em consideração que o Brasil é um dos países que mais matam pessoas trans, como é se afirmar mulher trans/travesti em meio a esse panorama?”, Luiza afirma:

*É viver com medo, literalmente viver com medo, porque você pode sofrer uma violência a qualquer momento. Eu (...) já sofri duas tentativa de assassinato dentro de casa, de parente próximo, então, assim, é muito difícil, é uma sensação de que você tá vivendo um filme de terror e você tá sempre com medo. Eu tenho medo de ir na padaria, tenho medo de ir no mercado (...) quando eu não tô no trabalho, quando eu não tô em alguma reunião da militância, eu tô em casa. Difícilmente eu saio para uma festa (...) porque eu realmente tenho medo, porque eu tive amigas que foram mortas, eu tenho amigas que são violentadas todos os dias, são agredidas todos os dias, então eu tenho medo que aconteça comigo, eu tenho medo de fazer parte de uma estatística que é tão cruel (...) vivendo no país que mais mata LGBTs no mundo, o país que mais mata travestis no mundo, é viver com medo o tempo inteiro.*

Com esse trecho, é possível notarmos que o medo, citado ao longo da seção teórica dessa pesquisa, possui aqui duas faces: uma velada, por parte daqueles/as que oprimem e



uma desvelada por Luiza, referente às pessoas que sofrem a opressão. Em relação à face velada, foi discutido que diante da presença de indivíduos que abalam os pilares que constituem os discursos a respeito da hetero e cisnormatividade, ativa-se o medo frente à indeterminação. Isto é, diante do perigo de despossessão da identidade que me constitui enquanto sujeito, do Eu ilusoriamente ‘sólido’ e assegurado pelos saberes hegemônicos, recorro à via da violência para satisfação daquilo que me causa medo e desprazer (Carvalho, 2018; Lima & Vorcaro, 2017; Safatle, 2018).

Por outro lado, o medo também se faz presente quando pensamos no relato de Luiza. Medo dos comentários hostis, medo da violência física, medo de tornar-se mais um número no índice de assassinatos brutais cometidos contra pessoas trans e travestis. O que quero apontar é que o medo enquanto afeto principal de nossas vidas políticas, como bem demonstrou Safatle (2018), nos dá notícias de uma vida psíquica e social marcada por relações em que o outro sempre será visto enquanto potencial inimigo. Esse outro que não pode existir simplesmente por não dizer respeito à minha própria imagem narcísica ou esse outro que afirma que minha existência trans, travesti, lésbica, bissexual, gay, negra, umbandista, espírita etc. é demoníaca, suja e pecadora.

Nessa perspectiva, sugiro darmos prosseguimento a nossa análise, agora norteadas por reflexões acerca do que foi discutido e em articulação com possibilidades de estratégias para o enfrentamento da transfobia.

### **5.3. *Minha existência como mulher trans é política: estratégias de enfrentamento da transfobia***

Anteriormente, pudemos nos debruçar sobre a análise das instituições sociais que perpetuam a violência contra pessoas trans e travestis, como o ambiente escolar, os órgãos de saúde, sejam públicos ou privados, igrejas, as organizações laborais, dentre outros.

Através dos discursos das interlocutoras, foi possível apontar esses contextos como parte da rede de exclusão dos corpos e subjetividades TTT. Não obstante, seria impreciso restringir as trajetórias de pessoas trans e travestis à violência e a vulnerabilidade, sabendo que ao longo de décadas o movimento trans e travesti buscou resistir às intempéries do quadro de marginalização ao qual foram submetidas. Dito isso, nossa tarefa daqui em diante será a de suscitar em conjunto com os relatos possibilidades de resistência à transfobia, no intuito de pensar estratégias para a construção de novos afetos e de uma sociedade efetivamente democrática no que diz respeito à diversidade.

Conforme discutido por Jesus (2013), o movimento trans tem conseguido visibilidade através de manifestações públicas e do ativismo em rede, com o intuito de resistir às variadas formas de violência e exclusão social. Essas iniciativas têm buscado reconfigurar as relações de gênero e demarcar lugares de fala, no sentido de ocupar tanto um lugar questionador diante do sistema, como de reivindicar seus direitos de participação na formulação de políticas públicas efetivas para a comunidade trans e travesti.

Carvalho e Carrara (2013) descrevem as trajetórias do movimento trans e travesti rumo à reivindicação de lugares de fala e de luta por pautas políticas, desde o início de sua organização no final da década de 90. O início do ativismo trans, segundo os autores, foi marcado pelas iniciativas com intuito de impedir a violência policial — visto que “a prisão indiscriminada de travestis no Rio de Janeiro” (p. 326) era prática comum nessa época — e da luta pela prevenção das DST e AIDS, referenciada como “Saúde na Prostituição”. A partir daí, começam a ser levadas em consideração outras pautas políticas no que diz respeito aos aspectos das vidas de pessoas trans “para além do acesso à informação, aos insumos de prevenção e ao tratamento médico” (Carvalho & Carrara, 2013, p. 328).

Nessa perspectiva, ao serem indagadas a respeito de possíveis reflexões ou estratégias de enfrentamento da transfobia, em prol de um futuro mais democrático e igualitário, foi unânime o apontamento da escola como espaço potencial de resistência. Apesar de, por um lado, o ambiente escolar ser pivô de preconceitos e tentativas constantes de aniquilação da alteridade, por outro, é importante destacar o papel transformador da educação, esta não se reduzindo somente ao repasse de conteúdos formais em sala de aula.

A exemplo disso, temos a fala de Sabrina: *“as pessoas se esclarecendo de quem são, se esclarecendo das potencialidades que elas têm, que todas as pessoas têm e dos direitos que elas têm, eu acho que o único caminho é pela educação”*. Isso, pois, além da mera reprodução de um modelo conteudista de ensino e da tentativa de patologizar, padronizar e excluir alunos/as, há uma potencialidade que habita o ambiente escolar no sentido de navegar em direção contrária às facetas do preconceito e da discriminação institucionais. Para tanto, é necessária a promoção de questionamentos que se traduzam na desconstrução de um “modelo cultural” que fomenta a discriminação e a violência, seja ela de cunho transfóbico, homofóbico, racista, sexista etc. (Cardinali, 2017).

É, portanto, dando lugar aos espaços de reflexão, de modo que os sujeitos possam utilizar de suas diferentes vozes, que se torna possível o diálogo em conjunto, a promoção do respeito e da empatia. Logo, não se deve furtar da educação seu compromisso ético de propiciar uma formação para além dos conteúdos formais, de modo que a escola seja espaço de autonomia e do livre direito de conhecer (Madureira, 2007). Em consonância com essa discussão, Daniela aponta que o diálogo é uma chave importante para o enfrentamento da transfobia, este estando intrinsecamente atrelado à educação. Em sua perspectiva, é importante promover espaços de escuta destinados a pessoas que sofrem essas violências, de modo que através dessa escuta, possam ser construídos mecanismos de

defesa e de resistência, seja por meio de movimentos individuais ou de participação na construção de políticas públicas que atendam às demandas da população trans e travesti.

*Daniela: Porque a gente vê muito o outro atuando pro outro a partir do achismo, seu achismo, né, então você não vê muitas, assim, pessoas trans desenvolvendo, é... Políticas públicas para pessoas trans, porque pessoas cisgênero não deixam, então se você quer melhorar o movimento de pessoas negras, tem que deixar que as pessoas negras falem dos problemas e perguntar para elas o que seria possível melhorar com relação ao racismo. Então eu acho que é isso, **escutar os grupos e deixar que eles ensinem para os outros**, para quem tem preconceito, como lidar com isso e isso é só através da educação.*

Desse modo, entende-se que a escuta a qual Daniela se refere está atrelada ao movimento de abrir espaço para que esses grupos possam erguer suas vozes de modo autônomo,<sup>28</sup> como bem demonstrou Madureira (2007, p. 86) ao salientar a importância de “circulação das múltiplas vozes presentes na instituição escolar” por meio da promoção de contextos em que diferentes subjetividades possam se fazer presentes. É por meio da criação desses espaços de escuta e de denúncia de práticas alienantes que fomentam a violência que se faz possível uma cultura mais democrática não apenas no que tange ao contexto escolar, mas às mais diversas searas sociais. Para a autora:

---

<sup>28</sup> É comum a expressão “dar voz” ao se referir aos múltiplos grupos socialmente excluídos, como mulheres, pessoas LGBTQIA, pessoas negras, indígenas etc. Em nossa perspectiva, sua conotação parece apontar para uma espécie de “concessão” da voz e da representatividade, como se fosse algo “dado” ou até mesmo apresentado. Dito isso, criticamos seu uso no sentido de que os direitos alcançados por esses grupos, seja ocupando espaços sociais e políticos ou tendo acesso aos direitos básicos, foram e são resultado de lutas sociais históricas. Não foram, portanto, dados, mas conquistados.

Ao criar este espaço de ‘escuta clínica’, o/a psicólogo/a estará colaborando, também, para a construção de um espaço de saúde mental e de desenvolvimento no âmbito da escola. Afinal, a repetição interminável de discursos institucionalizados, despersonalizados, cristalizados em práticas alienadas e alienantes influencia, de forma marcante, os processos de subjetivação de todos os atores [*e atrizes*] sociais inseridos na escola (Madureira, 2007, p. 86, grifos nossos).

Assim, por meio da abertura desses espaços, seja na escola, nas instituições de saúde, nas igrejas, comunidades e famílias, torna-se possível uma maior flexibilização dos afetos, em que a alteridade não se caracteriza mais como uma ameaça, mas como algo que constitui cada um de nós. De forma mais específica, trata-se de dar lugar aos encontros e às trocas em nossos contextos sociais, para que mulheres trans e travestis possam falar sobre suas próprias vivências e trajetórias. Apesar do obscurantismo latente em nossa conjuntura política e social atual, vale resgatar Foucault (1999, p. 91), ao afirmar que “onde há poder há resistência”. Alinhada à essa ideia, Sabrina relata: *“eu acho super importante dar voz para gente, mas ao mesmo tempo apoiar a gente também e eu acho que essa reação fundamentalista não vai durar e a gente vai arrebentar essa porteira”*. Aqui ela aponta para uma ideia de saúde mental mais ampla, que é a possibilidade de construir sentidos subjetivos de modo autônomo e romper a lógica patologizante e excludente de um contexto obscurantista. Nesse sentido, resistir e se fazer escutada é garantir saúde e direitos.

A fala de Sabrina nos indica, nesse sentido, a importância de movimentos contrários às tentativas atuais de aniquilação da democracia. Uma dessas vias de resistência, apontada pelas interlocutoras, foi a militância, visto que três delas constituem a mesma coletiva Trans do Distrito Federal. Outras formas de lutar contra a lógica transfóbica de nossa sociedade é por meio da criação de políticas públicas voltadas para a população trans, que

garantam os direitos e a cidadania; do reforçamento das estratégias já existentes e de seu aprimoramento. Além disso, Sylvia observa a necessidade de ocupação dos lugares sociais por pessoas trans e travestis, no sentido de deixar de “*ser uma coisa exótica (...) um objeto que a gente vê só na esquina à noite, só na novela etc.*”. Para ela, é indispensável que essas pessoas possam ocupar espaços profissionais e de direitos, no intuito de desmistificar o estranhamento e a objetificação desses sujeitos.

Outro tópico evidenciado por uma das interlocutoras diz respeito à relação intrínseca já abordada anteriormente entre capitalismo, desigualdade de gênero e violência, conforme elucidado pelo trecho a seguir:

*Sylvia: Eu acho que pra gente viver em uma sociedade sem desigualdade a gente precisa revolucionar tudo mesmo, saca? Não tem possibilidade de a gente viver numa sociedade sem transfobia, homofobia, machismo, racismo, xenofobia sem destruir o capitalismo, todos esses sistemas de opressão são anteriores ao capitalismo, mas o capitalismo, a partir do momento que ele foi se desenvolvendo ele se estruturou em cima disso, né? As desigualdades, elas não existem desde o capitalismo, mas elas existem desde as desigualdades de classes, então assim, **como é que a gente vai viver numa sociedade com classes, sem desigualdade?***

Retomando a discussão realizada na primeira seção teórica dessa pesquisa, na subseção intitulada *Gênero como instrumento político de controle?*, Zanello (2018) apresenta a ideia de que a partir da consolidação do capitalismo, as “diferenças de gênero” foram naturalizadas e passaram a ser utilizadas como dispositivo de controle social do público e privado. Busca-se, com isso, justificar a naturalização das desigualdades sociais e explicar a marginalização de determinados grupos que, segundo essa lógica, não deveriam

ter acesso à uma série de direitos, como o direito de participação social e política. Desse modo, o questionamento que Sylvia lança mão nos remete à uma problemática que não deve passar despercebida: se a manutenção das desigualdades e da exclusão é inerente ao funcionamento de nosso sistema sócio-político, quais poderiam ser as estratégias de subversão da lógica transfóbica? Trata-se de um questionamento complexo e que talvez não seja possível responder por completo até esse momento, mas que serão suscitadas reflexões a seu respeito.

Em linhas gerais, parece que pensar a transfobia e suas formas de enfrentamento envolve uma teia de vicissitudes para além do fenômeno em si. Se pensarmos que toda e qualquer forma de preconceito e discriminação contém em seu cerne bases tanto culturais quanto subjetivas, talvez nos aproximemos ao ponto central dessa questão. Nesse sentido, resgatemos três ideias centrais já abordadas nessa pesquisa: 1) O mito da não violência brasileira, atravessado por crenças ingênuas em um/a país/cultura cordial, onde a alteridade repousa *eternamente em berço esplêndido*; 2) a produção dos sujeitos abjetos, executada através da dicotomia do gênero que regulamenta quais corpos são úteis ao fomento do sistema e quais devem permanecer marginalizados, pois revelam a fragilidade dos saberes que atuam sobre os corpos. Em outras palavras, aqueles indivíduos que estão sujeitados às normas de gênero e aqueles que delas escapam e 3) a transfobia enquanto fenômeno de fronteira, conforme discussão realizada por Madureira (2007).

Esses três momentos nos permitem analisar certa lógica por trás do fenômeno da transfobia, alinhadas ao que Safatle (2018) entende como teoria dos afetos. Nos parece que a nossa cultura, organizada em torno do medo enquanto afeto político central, sempre enxergará aqueles sujeitos que não condizem à representação narcísica de si como potenciais inimigos. Isso, pois, desamparados/as de sua representação de Eu, veem-se fragilizados/as diante do encontro com aqueles e aquelas que por estarem fora da lógica cis

e heteronormativa, são transformados na categoria do inumano (Lima & Vorcaro, 2017; Safatle, 2012). Esse processo se materializa, pois, em fronteiras simbólicas rígidas que, fazendo um resgate da conceituação de Madureira e Branco (2015, p. 579), “acabam por se constituir em barreiras culturais entre grupos sociais e entre indivíduos”.

Conforme salientado por Safatle (2012), aquilo que se encontra no interior do inumano é comumente associado ao caos, ao que se caracteriza como forma ininteligível de existência. Ao se depararem com os predicados que lhe definem, os sujeitos sentem-se aliviados ao resgatarem seu conforto narcísico, afastando-se daquilo que diz respeito a algo que foge à imagem humana, isto é, o inumano. Essa categoria de indivíduos que se encontram fora do que é atribuído ao humano é constituída por aqueles/as cuja identidade de gênero e/ou sexualidade não condizem com o ideal. Ou seja, travestis, mulheres e homens trans, lésbicas, bissexuais, gays etc. Em relação à exclusão e demonização dessa população, o autor lança mão do seguinte questionamento: “não seria o inumano, como potência que corrói a forma determinada do humano, a condição para que os sujeitos deixem de ser escravos de uma forma normativa de homem?” (Safatle, 2012, pp. 233-234).

Nesse sentido, a própria existência daqueles/as que rompem com a normatização se caracteriza como ato político, se levarmos em conta que a política, segundo Safatle (2012, p. 245), está atrelada a “dimensão de ações que visam criar condições institucionais para o reconhecimento dos sujeitos”. Exemplo disso é a fala de Samanta:

*Eu já era muito de militância LGBT antes e tornei mais militante ainda depois da transição, porque é aquilo, né, a pessoa LGBT, ela não escolhe, “Você é militante!”. Tem militância que a gente escolhe e tem outras que não, então, assim, ou a gente milita ou a gente se esconde e sei lá, uma pessoa LGBT, um gay, por exemplo, só o fato dele ser gay já obriga ele a ser militante mesmo que ele nunca fale sobre*



*militância nenhuma, a existência dele já é política, né? Então a minha existência como mulher trans é política e aí eu procurei cada vez mais falar sobre isso.*

Desse modo, parece não ser por acaso que a existência de sujeitos que se recusam a serem nomeados por aquilo que se tenta incessantemente afirmar como ‘norma’ seja motivo de inquietude, visto que as formas de afirmarem seus desejos e vontades já são, por si só, a ruptura de um sistema limitante das possibilidades de configuração da subjetividade humana. Em relação a isso, faz-se necessário nos questionar “se nossa incapacidade de pensar e de integrar o inumano a nossas formas de vida não seria o sintoma mais claro do medo da história e, mais profundamente, do medo da política” (Safatle, 2012, p. 234). Assim, nos importa aqui reafirmar — como discutido brevemente no início dessa seção analítica — que apesar do universo de vivências trans e travesti ser constantemente designado ao lugar do resto e da margem, seria indevido traduzi-lo tão somente nas experiências de sofrimento e vulnerabilidade. Mais do que isso, é importante dar visibilidade para as múltiplas vozes que estão a frente de lutas pelos direitos, por reconhecimento e por vias de afirmação de si alternativas.

Para que uma sociedade democrática e livre da transfobia seja possível, é necessária uma maior flexibilização dos nosso afetos e de nossas fronteiras, de modo que no lugar do medo como afeto político central, possamos estar vulneráveis aos encontros e às formas de vida que não dizem respeito à um espelho de minha própria imagem, mas à um outro habitado e marcado pela alteridade (Madureira, 2007; Safatle, 2012; 2018).

## Considerações Finais

Em consonância com o percurso teórico e de análise dessa pesquisa, foi possível compreender como o fenômeno da transfobia se configura de forma multifacetada. Ao longo do estudo, pudemos nos confrontar com aspectos de ordem histórica, social e psicológica que dizem respeito ao cerne de sua complexidade.

Inicialmente, foi levantado o debate em torno do mito da não violência brasileira, cujo impacto se mostra nas crenças em um estado livre das barbáries que assolaram a história do Brasil. Os efeitos dessas crenças se materializam tanto na naturalização da violência quanto na ‘terceirização’ desta, no sentido de que a violência nunca diz respeito ao ‘nós’ e está sempre atrelada ao ‘outro’ marginalizado, àqueles sujeitos que, baseado na cor de sua pele ou sua classe social, são estigmatizados enquanto criminosos. Assim, algumas violências não são vistas como estruturantes do quadro violento do Brasil, mas como meros acontecimentos, como, por exemplo, os assassinatos de pessoas LGBTQIA, pessoas em situação de rua ou pessoas negras. Isto é, aquelas/es que não fazem parte do que é atribuído ao ‘humano’ e de seu léxico de poder.

Em um segundo momento, o conceito de gênero foi explorado na literatura feminista, de modo a denunciar a forma como este se estrutura rigidamente através de regulações de poder. Vimos, portanto, que a categoria gênero deve ser pensada levando em consideração os aspectos históricos e sociais que tiveram influência em sua configuração. Nessa perspectiva, também tentou-se analisar os mecanismos da violência transfóbica através de um viés psicanalítico, a partir do qual pudemos nos debruçar sobre a transformação daqueles indivíduos que não se nomeiam pelos predicados existentes em sujeitos abjetos, isto é, seres marginalizados pelo sistema cis-heteronormativo.

Em relação a isso, foi possível apontar que nossa sociedade se organiza através do medo enquanto afeto político central, a partir do qual o outro é visto enquanto potencial inimigo. Diante do medo de despossessão por esse outro, constroem-se fronteiras simbólicas rígidas, no intuito de lidar com a ameaça latente de indeterminação. Nesse processo que se revela na instabilidade das identidades, gera-se uma via de conversão do medo em violência, caracterizada aqui pelos crimes transfóbicos. Desse modo, parece que o que se tenta aniquilar através das incessantes facadas diante do corpo já destituído de vida é esse estranho que me é tão familiar. É, ainda, essa pulsão não linear, o desejo que também me habita e me constitui.

Não basta matar uma vez. Mesmo diante do corpo moribundo, o assassino continua atirando e golpeando. Quem está sendo morto? A margem? Não seria o medo de o centro admitir que ela (a transexual/a margem) me habita e me apavora? Antes matá-la. Antes agir em nome da norma, da lei e fazer a assepsia que garantirá o bom funcionamento e a regulação das normas (Bento, 2011, pp. 553-554).

Assim, compreende-se que o ‘cistema’ organizado rigidamente em torno da heteronormatividade e do binário de gênero contribui para as mais variadas formas de violência que perpassam as trajetórias de afirmação e reconhecimento de si de pessoas trans e travestis, tendo como desdobramento as redes de exclusão do núcleo familiar e das diversas instituições sociais. Apesar disso, cabe mencionar que as trajetórias de pessoas trans não se reduzem apenas às situações de vulnerabilidade e precarização da vida, visto que o movimento TTT buscou, ao longo de décadas, lutar pelos direito à vida e a cidadania por meio de frentes de luta política. Nessa perspectiva, ressalta-se a educação, a promoção de espaços de escuta nos mais diversos âmbitos sociais, a possibilidade de criação de

políticas públicas que atendam, de fato, às demandas dessa população e o fortalecimento das redes de apoio já existentes como estratégias de enfrentamento da transfobia.

Ainda, entendemos que para que uma sociedade democrática no que tange ao direito pela expressão das diversas modalidades de desejo e subjetividade se faça possível, é necessária a flexibilização de nossos afetos e saberes, de modo que sejamos vulneráveis aos encontros e por meio deles possamos nos afetar. É conveniente, portanto, lembrarmos que a diferença, como evidenciado pelas pessoas que contribuíram com suas vozes e trajetórias para a existência dessa pesquisa, é constituinte de cada um de nós e que, desse modo, não diz respeito apenas ao que está fora da curva hegemônica. Assim, talvez seja possível compreender que as diferenças são intrínsecas à existência humana, mas que os saberes e discursos excludentes que se produzem sobre essas diferenças não o são.

Afirmo, por fim, que o encerramento dessa pesquisa se desdobrou em um dos momentos mais desafiadores ao longo de sua produção, frente a minha própria dificuldade em concluí-lo. É possível que isso nos indique que as considerações aqui presentes sejam, na verdade, inconclusões, no sentido de que a construção desse estudo não se encerra com um ponto final, mas se inicia a partir dele e das possíveis afetações decorrentes de sua leitura. Nesse sentido, ressalta-se que se faz necessário maior aprofundamento no que diz respeito ao lugar da mulher trans negra e da dimensão relativa à existência política daqueles corpos que rompem com a normatividade. Ademais, como sugestão de estudos futuros, gostaria de chamar a atenção para a necessidade de compreender como as redes de exclusão dos corpos trans e travestis corroboram com a solidão desses sujeitos, que não se veem legitimados/as enquanto capazes de constituir famílias e relacionamentos.

Não poderia me furtar de reafirmar que enquanto mulher, nordestina e bissexual, jamais me verei livre enquanto outras mulheres, independe de seus desejos, expressões de

gênero, classe, cor ou religião não puderem ter acesso ao direito e legitimidade de suas existências. Convido você, leitor/a, mais uma vez a ser afetado/a e a livrar-se das amarras do medo e da subserviência, para que possamos caminhar em direção a um futuro diferente e em que a pluralidade da existência não mais habite o campo do impossível.

### Referências Bibliográficas

- Alonso, A. (2016). Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. Em: A. Abdal, M. C. V. Oliveira, D. R. Ghezzi, J. S. Júnior (Orgs). *Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco qualitativo* (pp. 8-23). São Paulo: Sesc/CEBRAP.
- Almeida, R. (2016). Estudo de caso: foco temático e diversidade metodológica. Em: A. Abdal, M. C. V. Oliveira, D. R. Ghezzi, J. S. Júnior (Orgs). *Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco qualitativo* (pp. 60-72). São Paulo: Sesc/CEBRAP.
- Alves, Z. M. M. B. & Silva, M. H. G. F. D. (1992). Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. *Paidéia*, (2), 61-69. Disponível em:  
<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1992000200007>
- ANTRA, Associação Nacional de travestis e transexuais. *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017* (2018). ANTRA: Brasil.
- ANTRA, Associação Nacional de travestis e transexuais. *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2018* (2019). ANTRA: Brasil.
- Arán, M. (2006). A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora*. 9 (1), 49-63. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982006000100004>
- Arán, M. (2009). A psicanálise e o dispositivo diferença sexual. *Revista Estudos Feministas*, 17 (3), 653-673. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2009000300002>
- Arán, M., Murta, D. & Lionço, T. (2009). Transexualidade e saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14 (4), 1141-1149. Disponível em:  
<https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000400020>
- Bardin, L. (2016). Definição e relação com as outras ciências. Em L. Bardin, *Análise de conteúdo* (pp. 27-46). São Paulo: Almedina Brasil.
- Bento, B. (2008). *O que é transexualidade?* Brasília: Brasiliense.

- Bento, B. (2011). Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, 19 (2), 549-559. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>
- Bento, B. (2017). *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA.
- Bizerril, J. (2004). O vínculo etnográfico: intersubjetividade e co-autoria na pesquisa qualitativa. *Universitas: Ciências da Saúde*, 2 (2), 152-163. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5102/ucs.v2i2.530>
- Butler, J. (2014). Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, (42), 249-274. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>
- Butler, J. (2017). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2018). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cardinali, D. C. (2017). A escola como instrumento do dever constitucional de enfrentamento da homofobia: Potencialidades e tensões. *Publicum*, 1 (4), 157-189. Disponível em: [www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/publicum/article/view/27322/21413](http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/publicum/article/view/27322/21413)
- Câmara, R. H. (2013). Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6 (2), 179-191.
- Carvalho, J. V. F. (2018). *Corpos (In)desejáveis: O Fenômeno da Transfobia a partir da Perspectiva de Pessoas Trans e Psicólogos/as* (Monografia). Centro Universitário de Brasília (UnICEUB), Brasília, Distrito Federal.

- Carvalho, M. & Carrara, S. (2013). Em direção a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, (14), 319-351. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872013000200015>
- Conselho Federal de Psicologia (2014). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília: CFP.
- Costa, P. H. L., Paravidini, J. L. L., Próchno, C. C. S. C. & Neves, A. S. (2016). Do estado à micropolítica: laço social e modalidades de (r)existência. *Psicologia & Sociedade*, 28 (1), 26-34. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v28n1p026>
- Chauí, M. (2000). Brasil: o mito fundador. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, (19), 23-36.
- Chauí, M. (2018). *Sobre a violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar em Revista*, (24), 213-225. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.357>
- Foucault, M. (1999). Os corpos dóceis. Em: M. Foucault, *Vigiar e punir: nascimento das prisões*. (pp. 162-194). Petrópolis: Editora Vozes.
- Foucault, M. (1999). O dispositivo de sexualidade. Em: M. Foucault, *História da sexualidade I: a vontade de saber*. (pp. 73-124). São Paulo: Editora Paz & Terra.
- Franco, N. & Cicillini, G. A. (2015). Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. *Revista Estudos Feministas*, 23 (2), 325-346. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p325>
- Freud, S. (1909/2019). *O infamiliar [Das Unheimliche]*. Obras incompletas de Sigmund Freud. São Paulo: Autêntica.



- Freud, S. (2010). O Eu e o Id. Em S. Freud, *O eu e o id, "autobiografia" e outros textos (1923-1925) – Obras completas, vol. 16* (pp. 13-33). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (2014). Inibição, sintoma e angústia (1926). Em S. Freud, *Inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929) – Obras completas, vol. 17* (pp. 10-98). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (2016). *Estudos sobre a histeria (1893-1895) – Obras completas, vol. 2*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Em S. Freud, *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos (1901-1905) – Obras completas, vol. 6* (pp. 13-71). São Paulo: Companhia das Letras.
- Goellner, S. V. (2003). A produção cultural do corpo. Em: G. L. Louro; J. F. Neckel & S. V. Goellner (Orgs.), *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação* (pp. 28-40). Petrópolis: Vozes.
- Gomes, R. (2002). A análise de dados em pesquisa qualitativa. Em: Minayo, M. C. de S. (Org.), *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. (pp. 67-80). Petrópolis: Vozes.
- Jesus, J. G. (2013). Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. *História Agora*, 16 (2), 101-123.
- Junqueira, R. D. (2009). Homofobia nas Escolas: um problema de todos. Em: Junqueira, R. D. (Org.) *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. (pp. 235-264). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.

- Junqueira, R. D. (2010). Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. *Espaço do Currículo*, 2 (2), 208-230. Disponível em:  
<https://doi.org/10.15687/rec.v2i2.4281>
- Karnal, L. (2017). *Todos contra todos: o ódio nosso de cada dia*. Rio de Janeiro: LeYa.
- Lacet, C. (2004). Da forclusão do Nome-do-Pai à forclusão generalizada: considerações sobre a teoria das psicoses em Lacan. *Psicologia USP*, 15 (1-2), 243-262. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642004000100023>
- Lima, M. (2016). O uso da entrevista na pesquisa empírica. Em: A. Abdal, M. C. V. Oliveira, D. R. Ghezzi, J. S. Júnior (Orgs). *Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco qualitativo* (pp. 24-42). São Paulo: Sesc/CEBRAP.
- Lima, V. M. & Vorcaro, A. M. R. (2017). O estranho como categoria política: psicanálise, teoria queer e as experiências de indeterminação. *Psicologia em Estudo*, 20 (3), 473-484. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/psicolestud.v22i3.37026>
- Louro, G. L. (2003). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Louro, G. L. (2004). Marcas do corpo, marcas de poder. Em: G. L. Louro, *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. (pp. 75-90) Autêntica: Belo Horizonte.
- Machado, P. S. (2005). O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. *Cadernos Pagu*, (24), 249-281. Disponível em:  
<https://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332005000100012>
- Madureira, A. F. A. (2007). *Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática* (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal.

- Madureira, A. F. do A. & Branco, A. M. C. U. A. (2007). Identidades sexuais não-hegemônicas: processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23 (1), 81-90. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722007000100010>
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2015). Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. *Temas em Psicologia* (Ribeirão Preto), 23 (3), 577-591. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-05>
- Minayo, M. C. S. (2002). O desafio da pesquisa social. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-29). Petrópolis - RJ: Vozes.
- Monteiro, S., Brigeiro, M., & Barbosa, R. M. (2019). Saúde e direitos da população trans. *Cadernos de Saúde Pública* (1-4), 35 (4). Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00047119>
- Monteiro, S. & Brigeiro, M. (2019). Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. *Cadernos de Saúde Pública*, 35 (4), 1-12. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00111318>
- Muszkat, S. (2006). *Violência e masculinidade: uma contribuição psicanalítica aos estudos das relações de gênero* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.
- Peres, W. S. (2004). Violência, exclusão e sofrimento psíquico. Em: L. F. Rios, V. Almeida, R. Parker, C. Pimenta & V. Terto Jr (Orgs.). *Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde*. (pp. 116-122). Rio de Janeiro: ABIA.
- Pontes, J. C. & Silva, C. G. (2018). Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. *Periódicus*, 1 (8), 396-417.
- Sabat, R. (2001). Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. *Revista Estudos Feministas*, 9 (1), 04-21. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100002>

- Safatle, V. (2012). *Grande hotel abismo: por uma reconstrução da teoria do reconhecimento*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Safatle, V. (2018). *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Serra, L. N. (2019). *A psicanálise e os crimes de ódio contra população LGBT*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.  
Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.47.2019.tde-13062019-152039>.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. 20 (2), 72-99.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.
- Žižek, S. (2014). *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo.

## **Apêndices**

## **Apêndice A**

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE**

#### **À Margem do Sistema: O Fenômeno da Transfobia a partir das Trajetórias de Mulheres Trans e Travestis**

**Instituição dos pesquisadores: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB**

**Pesquisador responsável: Prof. Dr. Lucas Alves do Amaral**

**Pesquisadora assistente: Gabriela da Silva Santos**

Você está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

#### **Natureza e objetivos do estudo**

O objetivo deste estudo é compreender como mulheres trans e travestis percebem violências transfóbicas em suas trajetórias de vida.

Você está sendo convidado a participar exatamente por corresponder ao perfil de participante delimitado para essa pesquisa.

#### **Procedimentos do estudo**

Sua participação consiste em responder uma entrevista individual sobre o tema focalizado na pesquisa.

O procedimento consiste em uma entrevista individual. A entrevista será gravada em áudio, com o seu consentimento, para facilitar o posterior trabalho de análise.

Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.

A pesquisa será realizada em um local conveniente para o(a) participante.

#### **Riscos e benefícios**

Este estudo possui baixos riscos que são inerentes ao procedimento de entrevista.

Medidas preventivas serão tomadas durante a entrevista. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em relação às perguntas que serão apresentadas e que é esperado que o(a) participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais.

Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.

Com sua participação nesta pesquisa você poderá contribuir com a construção de uma compreensão mais aprofundada acerca da estrutura das violências transfóbicas e de possíveis alternativas à esse fenômeno.

#### **Participação, recusa e direito de se retirar do estudo**

Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.

Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com uma das pesquisadoras responsáveis.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

### Confidencialidade

Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.

O material com as suas informações (gravação em áudio da entrevista) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora assistente, Gabriela da Silva Santos, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e será destruído após a pesquisa.

Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail [cep.uniceub@uniceub.br](mailto:cep.uniceub@uniceub.br). Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora assistente, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Participante

---

Lucas Alves do Amaral  
 Celular: (61) 99938-0785 – E-mail: lucas.amaral@ceub.edu.br

---

Gabriela da Silva Santos,  
 Celular: (61) 98278-8430 – E-mail: santosgabriela@sempreceub.com

**Endereço dos(as) responsável(is) pela pesquisa:**

Instituição: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Endereço: SEPN 707/907, Campus do UniCEUB

Bairro: Asa Norte

Cidade: Brasília - DF

CEP: 70790-075

Telefone para contato: (61) 3966-1200

## Apêndice B

### Roteiro de entrevista semi-estruturada

1. Inicialmente, gostaria que falasse um pouco sobre sua trajetória de vida enquanto mulher trans.
2. Como foi se descobrir mulher trans?
3. Como as pessoas próximas receberam/lidaram/acolheram esse processo?
4. E em relação às instituições de saúde, você sofreu algum tipo de discriminação?  
Como foi isso?
5. Levando em consideração que o Brasil é um dos países que mais matam pessoas trans, como é se afirmar mulher trans em meio a esse panorama?
6. Considerando que as discriminações contra mulheres trans são formas de violência, como você enxerga isso?
7. Sabe-se que, muitas vezes, para se atingir um grau de passabilidade ou de validação social enquanto mulher ou homem, é necessário se “adequar” às performances socialmente esperadas. Sendo, no caso das mulheres trans, estar de acordo com os parâmetros de feminilidade e de masculinidade no caso de homens trans. Qual sua opinião sobre isso?
8. De que forma você lida com a discriminação?
9. No que diz respeito a estratégias de construção de uma cultura de paz e de subversão do panorama atual de violências contra mulheres trans, o que, em sua opinião, seria interessante refletir ou até mesmo colocar em prática?



**Anexos**

## Anexo A

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE  
BRASÍLIA - UNICEUB



Continuação do Parecer: 3.616.798

IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; e

V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção.

### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando os documentos apresentados e não havendo questões éticas a serem observadas, a pesquisa pode ser iniciada.

### Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo previamente avaliado, com parecer n. 3.599.203/19, tendo sido homologado na 16ª Reunião Ordinária do CEP-UniCEUB do ano, em 20 de setembro de 2019.

### Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1395220.pdf	26/08/2019 13:13:26		Aceito
Folha de Rosto	GabiAAA.pdf	26/08/2019 13:13:11	LUCAS ALVES AMARAL	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado.pdf	18/08/2019 15:17:16	GABRIELA DA SILVA SANTOS	Aceito
Outros	Roteiro_de_entrevista_semi_estruturada.pdf	16/08/2019 16:25:50	GABRIELA DA SILVA SANTOS	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	16/08/2019 15:57:55	GABRIELA DA SILVA SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	13/08/2019 01:54:50	GABRIELA DA SILVA SANTOS	Aceito

### Situação do Parecer:

Aprovado

### Necessita Apreciação da CONEP:

Não

**Endereço:** SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

**Bairro:** Setor Universitário

**CEP:** 70.790-075

**UF:** DF

**Município:** BRASÍLIA

**Telefone:** (61)3966-1511

**E-mail:** cep.uniceub@uniceub.br